

6.5. PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

6.5.1. INTRODUÇÃO

O Programa de Interação Socioambiental do Parque Estadual Intervales tem por foco as relações entre a unidade e as populações do seu entorno, com objetivo de potencializar o seu papel no desenvolvimento sustentável e na redução da pobreza, em observância às diretrizes estabelecidas no Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas¹.

O Parque Estadual Intervales possui características específicas que o distinguem de outras unidades de conservação: localizado na *hinterland* entre os vales do Ribeira de Iguape e do alto Paranapanema, na área núcleo do Contínuo Ecológico de Paranapiacaba, fartamente descrito neste documento, possui uma vizinhança privilegiada: a exceção de pequena porção em sua face N/NO, seus vizinhos são todas unidades de conservação: a leste, o Parque Estadual de Carlos Botelho - PECB, a oeste, o Parque Estadual Turístico do alto Ribeira - PETAR, a norte a Estação Ecológica de Xitue - EEcX e APA da Serra do Mar, bastante preservada e de ocupação rarefeita, e a sul, APA da Serra do Mar e a APA Quilombos do Médio Ribeira - todo o conjunto tombado pelo CONDEPHAAT (ANT Serra do Mar) e reconhecido pela UNESCO como Reserva da Biosfera e Sítio do Patrimônio Natural Mundial. Conjugada aos diferentes estudos técnicos que resultaram no mapa de fragilidades do entorno, a particularidade dessa vizinhança pautou a proposição dos limites da Zona de Amortecimento para o Parque, com vistas à sua integração plena a esse contínuo de áreas conservadas e dentro de uma postura colaborativa com as demais UCs, posto os subsídios fornecidos aos respectivos planos de manejo a serem elaborados.

Tais instrumentos de proteção, no entanto, não surpreendem, já que estamos tratando do segundo maior corredor de Mata Atlântica preservado do Estado. O que merece destaque é que essa extensa área florestada, que possibilita a manutenção dos fluxos gênicos, a dinâmica dos eco-sistemas e conseqüente preservação de espécies, possui também um rico patrimônio histórico e cultural, caracterizado por sua grande diversidade.

“O vale do Ribeira² é tido como um multifacetado complexo cultural, dada a presença de diversos grupos humanos específicos, tais como indígenas, caiçaras, remanescentes de quilombos e pequenos agricultores. É, em conjunto, um universo cultural e natural em profunda simbiose há milhares de anos. Desde a chegada do homem a esse espaço não há mais como separar radicalmente os universos natural e cultural, posto que parte significativa das formas do fazer e dos saberes locais remete às especificidades desse meio natural. Da produção de cerâmicas artesanais de baixa temperatura (800 graus centígrados) à medicina tradicional, a qual emprega largamente os

¹ Instituído pelo Decreto Federal nº 5.758/2006

² Vale ressaltar que para fins históricos e culturais não pesam diferenças significativas entre o vale do Ribeira e o alto Paranapanema. Tais definições foram construídas com fins de regionalização do espaço e não com percepções histórico - culturais. Portanto, embora o Parque Estadual Intervales esteja na *hinterland* entre os vales do Ribeira de Iguape e do alto Paranapanema, em seus aspectos históricos e culturais ele se encontra dentro do universo que a bibliografia consagrou sob o título de “vale do Ribeira”. Esse universo apresenta-se multifacetado internamente, porém coeso e passível da compreensão como um todo quando observado a distância: seu processo histórico de ocupação é uno e as culturas ali se desenvolveram intimamente ligadas a esse mesmo processo. Por isso, por “vale do Ribeira” deve-se, também, compreender a região do alto Paranapanema, ou seja, a que vai de suas nascentes, nas franjas da serra de Paranapiacaba, até a área em que suas se encontram com o rio Apiaí-Guaçú.

recursos da flora local, toda a cultura dos povos do vale do Ribeira remete a esse espaço e a esse longo tempo". (Robran Gonzáles, 2007)

A cultura peculiar e os saberes tradicionais desses povos, cujo modo de vida é intrinsecamente ligado ao ambiente natural do território, fez com que desenvolvessem ao longo do tempo sistemas de produção baseados na utilização dos recursos naturais de forma integrada ao meio do qual dependiam para sua reprodução social. Nesse sentido, muitas das atividades tradicionalmente desenvolvidas (cestaria, cerâmica, exploração racional de plantas medicinais e outros recursos florestais) são perfeitamente compatíveis com a preservação ambiental; devem ser reconhecidas e fomentadas enquanto elementos integrantes de um patrimônio uno e indissolúvel em relação ao ambiente natural que deve ser protegido, superando-se a tradicional dicotomia homem-natureza.

Essa mudança de olhar, e de atitude, vem se verificando em vários movimentos nacionais e internacionais.

A UNESCO procedeu a uma revisão nos critérios utilizados para reconhecimento do patrimônio mundial, com a criação de uma nova categoria que compreende a integração entre a presença humana e o meio natural. Nesse sentido a preservação dos patrimônios natural e cultural, inclusive com vistas à eficácia e efetividade da intervenção, é concebida conjuntamente.

No Brasil, o Plano Nacional Estratégico de Áreas Protegidas, instituído pelo Decreto nº. 5.758, de 13 de abril de 2006, preconiza em várias de suas diretrizes e estratégias, a atenção aos aspectos sociais e culturais no planejamento e gestão das áreas protegidas e a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, oficializada pelo Decreto nº. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, formaliza o compromisso de construção e aprimoramento de políticas públicas voltadas a essas coletividades, contemplando, entre outros aspectos, o reconhecimento de seus territórios, a inclusão social e a produção sustentável.

Esses instrumentos, mais que dispositivos legais, consubstanciam mudanças significativas da compreensão das relações entre cultura e natureza e propiciam "... o estabelecimento de medidas para a gestão de um só patrimônio, complexo, multifacetado, natural e cultural a um só tempo e já indissociável." (op.citada).

O contínuo de áreas preservadas do vale do Ribeira, juntamente com as populações tradicionais que abriga, constitui esse conjunto integrado que, com base nessa premissa, deve ser preservado. A proteção das manifestações culturais dessas comunidades, de seus saberes e atividades religiosas, de suas tradições e costumes, de suas práticas coletivas e relações comunitárias, enfim de seu modo de vida, é tão merecedora de atenção quanto o meio físico no qual estão inseridos e as formas de gestão ambiental desse território devem, necessariamente, contemplar a inclusão social e a preservação de seus direitos. A construção do Plano de Manejo de Intervales como um todo e desse Programa em particular, primou pela inclusão dessas populações e dessa discussão nesta etapa de planejamento; o Programa foi concebido com base nessa filosofia e norteadado por essa perspectiva.

6.5.2. DIAGNÓSTICO E AVALIAÇÃO

As atividades do Programa de Interação Socioambiental consolidaram-se ao longo dos anos através do estabelecimento de parcerias, na realização de eventos culturais na sede da unidade e na participação do PEI em fóruns regionais, além da viabilização de postos de trabalho na unidade e do

desenvolvimento de projetos de uso sustentável dos recursos naturais no seu entorno, esse último conduzido prioritariamente pela equipe da Gerência de Desenvolvimento Sustentável da Fundação Florestal.

6.5.2.1. Conselho Consultivo

O Conselho Consultivo é o principal fórum do Programa. Constituído em 2002, foi readequado em 2006, em face do Decreto Estadual nº. 49.672, de 6 de junho de 2005, e sua composição ampla e heterogênea reflete o esforço contínuo e sistemático feito pelo PEI de articulação regional e democratização da gestão.

É constituído por membros das Prefeituras de todos os municípios de sua Zona de Amortecimento (Guapiara, Ribeirão Grande, Capão Bonito, Iporanga, Eldorado e Sete Barras) e de outros órgãos públicos (Polícia Ambiental de Itapetininga e Registro, ITESP, DEPRN, APTA), congrega representantes da sociedade civil organizada na forma de entidades socioambientais (IDEAS, Instituto Socioambiental, Fundação Grão de Mostarda, ONG Gente da Terra), associações e cooperativas de trabalho (Associação Jaguatirica, Coopervales), associações de bairros rurais, tanto do alto Paranapanema como do vale do Ribeira (Boa Vista, Capela do Alto, Pianos, Guapiruvu, Saibadela), de comunidades de remanescentes de quilombos (Ivaporunduva), de outras U.C.'s do contínuo (PETAR) além de representantes de empresas (mineradoras/agroindustriais), do segmento turístico e de instituições de ensino e pesquisa.

A composição do Conselho, na gestão 2006-2008, consta nas páginas iniciais deste Plano, na lista de créditos.

Reuni-se ordinariamente a cada três meses, por vezes com atraso, em função de dificuldades operacionais, dadas a logística e as distâncias envolvidas para o transporte dos Conselheiros localizados no Vale do Ribeira.

A proposta deste Plano é a criação de dois Comitês - um no Alto Paranapanema e um no Vale do Ribeira, que poderão se reunir com maior freqüência, podendo o Conselho, que congregará os dois Comitês, se reunir de forma mais espaçada.



Fotos de reunião do Conselho Consultivo

6.5.2.2. Parcerias

Desde sua criação, por meio do Decreto 40.135, de 08 de junho de 1995, o PEI buscou parcerias com outros órgãos e instâncias do Poder Público e com a sociedade civil (com particular ênfase nas comunidades e residentes circundantes) tanto para o fomento de ações de desenvolvimento

sustentável em sua Zona de Amortecimento, enquanto estratégia de preservação ambiental, como também para alicerçar sua gestão.

1. Coopervales

Frente a um quadro de escassez de recursos, a alternativa adotada para viabilizar ações de ordem técnica, financeira e gerencial na recém implantada unidade de conservação foi a ação conjunta de cinco instituições: a Fundação Florestal, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande, a Cooperativa de Serviços Múltiplos de Ribeirão Grande/Intervales (Coopervales), o Serviço Nacional do Comércio - SENAC/Cecatel e a Secretaria do Emprego e das Relações do Trabalho.

Entre outros aspectos, essa ação consubstanciava-se num projeto piloto de operacionalização de serviços de hotelaria e hospedagem na unidade de conservação através de parcerias institucionais, sendo que às duas últimas instituições mencionadas coube a capacitação e qualificação de mão-de-obra para o desempenho das atividades.

A área do recém criado Parque possuía um histórico peculiar: a maior parte de seus 41.704 hectares constituíam a Fazenda Intervales (38.400 ha), adquirida pela Fundação Florestal ao Banespa em 1987 ainda sob esta configuração jurídica, muito embora já com o objetivo de integrá-la ao mapa da conservação do Estado e ao contínuo de áreas preservadas da região. O restante era composto por terras devolutas.

Ante tal fato, nada mais lógico (e emblemático) que a primeira parceria firmada contasse com a participação da cooperativa (Coopervales) fundada por funcionários da até então Fazenda cujo quadro associativo era composto por antigos trabalhadores da propriedade, residentes em seus limites ou entorno; trabalhadores com fortes vínculos históricos e culturais com o território e profundos conhecedores da região.

Quando da aquisição da Fazenda Intervales, não foi possível à Fundação Florestal absorver todos os trabalhadores que nela atuavam; apenas 65 funcionários oriundos da Banespa Mineração/Paulistur foram incorporados aos quadros, não sendo incluídas as mulheres dos funcionários que trabalhavam na cozinha e parte do corpo de vigilância.

Num primeiro momento, a solução encontrada foi a absorção desse grupo extra de trabalhadores para a condução das novas atividades através da FUNDEPAG, no entanto, com a extinção dessa Fundação na primeira gestão do Governo Mário Covas, o problema persistiu.

A criação da Coopervales, em 9 de julho de 1995, veio solucionar essa questão em consonância à filosofia da Fundação Florestal na gestão de Intervales: a conjugação da sustentabilidade na administração da unidade de conservação, o ordenamento da atividade turística e a geração de trabalho e renda para a comunidade local.

Em 27 de março de 1996, através de Termo de Cooperação Técnica firmado entre a Fundação Florestal e a Prefeitura do Município de Ribeirão Grande, previa-se a operacionalização dos serviços de hotelaria e ecoturismo da U.C., bem como “... *ordenação sócio-cultural e econômica do entorno, tendo como parâmetro os limites do meio natural...*”. e em 01 de maio de 1996 foi firmado Convênio entre a Prefeitura Municipal de Ribeirão Grande e a Coopervales, no qual obrigava-se esta última a disponibilizar mão-de-obra especializada para a realização de trabalhos e atividades de “... *suporte à manutenção e conservação do Parque Estadual Intervales nas áreas de*

Ecoturismo, Manutenção e Vigilância...”, com base na Lei Municipal nº. 113, de 25 de setembro de 1995. Pelo referido Convênio, os serviços de apoio a atividades de ecoturismo no Parque Intervales (monitoria ambiental) bem como os correspondentes ao restaurante, estes últimos já autorizados pela Lei Municipal 136, de 16 de abril de 1996, passaram a ser desenvolvidos pela Coopervales.

Além da significativa economia de recursos, tanto ao erário estadual como ao municipal, posto tratar-se de instituição sem fins lucrativos, o sistema adotado, com a participação da Coopervales na gestão parcial de serviços do Parque Estadual Intervales, constitui-se em exitosa experiência, seja pelo diferencial de qualidade das atividades desenvolvidas, seja pela efetiva inclusão de residentes do entorno em atividades sustentáveis de geração de renda.

Em termos de monitoramento, tanto da qualidade dos serviços quanto da eficiência econômica da gestão, o modelo também apresentava o diferencial da constante avaliação e acompanhamento por parte de duas diferentes instâncias governamentais, diretamente interessadas na eficácia das atividades e seus resultados; a Fundação Florestal, por ser sua responsabilidade direta a administração da unidade de conservação, e a municipalidade, pelas obrigações estabelecidas no Termo de Cooperação Técnica do qual era signatária.

A partir de 2001 foi instituída licitação pública para os serviços do restaurante, nos termos da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, tendo sido vencedora a Coopervales.

A Coopervales é a mais antiga e importante parceria do PEI e podemos dizer que foi um marco no sentido de ser a primeira firmada dentro de uma filosofia ampla de integração da unidade com as comunidades de seu entorno e da promoção do desenvolvimento regional com geração de renda a partir de práticas sustentáveis; continua sendo um marco no sentido de constituir-se em experiência exitosa que se aprimora e permanece em benefício recíproco - tanto do Parque como da população residente.



Fotos do Restaurante de Intervales, operado pela Coopervales

2. Município de Guapiara

A articulação do Parque Estadual Intervales com outras instituições e instâncias do Poder Público com atuação no território, sobretudo com as Prefeituras dos municípios limítrofes, é peça chave para sua necessária inserção no contexto regional. É a base a partir da qual se dá o salto qualitativo no processo de integração ativa da U.C. na região, rompendo uma condição de isolamento extremamente danosa tanto para as populações do entorno quanto para o futuro das áreas preservadas.

É nesse quadro e nessa estratégia de integração que se insere a parceria extremamente frutífera e significativa estabelecida entre Intervales e o Município de Guapiara.

A exemplo do que ocorre com a Prefeitura do Município de Ribeirão Grande, a Fundação Florestal mantém convênio com a Prefeitura de Guapiara para o ordenamento sócio-cultural do entorno, incluindo a manutenção das vias de acesso a Intervales.

Ações complementares como o plantio de nativas ao longo do percurso, a capacitação de monitores ambientais e o cadastramento de moradores e proprietários lindeiros também estão inclusos no Plano de Trabalho, em fase de revisão.

Em Guapiara, essa ação conjunta ganha contornos mais amplos à medida que está sendo trabalhada pela municipalidade no contexto de um roteiro turístico, histórico e cultural (de cunho religioso) num trajeto que compreende os bairros de Capela do Alto e Pinheiros do Amaral até a entrada do Parque, com perspectiva de uma futura integração com a estrada que liga Ribeirão Grande a Intervales, de características similares.

Além da valorização desse trajeto cênico, com perspectivas de geração de renda para ambos os partícipes por meio da atividade turística, cabe ressaltar a valorização e resgate da cultura regional posto serem esses caminhos tradicionalmente utilizados por romarias em festividades religiosas que pontuam, ao longo do ano, o calendário cultural das duas cidades.

O Município de Guapiara, protagonista nesse processo, em 2006 efetuou um levantamento, por meio de questionário aplicado aos residentes ao longo da estrada que vai de Capela do Alto ao Parque, versando sobre o interesse dos proprietários em melhorias bem como em recuperação florestal. Também realizou reformas na igreja e na praça do referido bairro, está desenvolvendo trabalhos de recuperação do patrimônio cultural bem como do trecho da estrada que conduz a Intervales, implantando rede de sinalização no trajeto e identificação de atrativos.

Por meio do Programa Melhores Caminhos da Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo, órgão da Secretaria Estadual de Agricultura, Guapiara também está investindo no percurso através da recuperação de estradas vicinais nos bairros de Capela do Alto e Pinheiros do Amaral.

Os estreitos laços de cooperação entre Intervales e a Prefeitura do Município de Guapiara ainda possibilitaram a interação de outros projetos desenvolvidos pela administração municipal com o espaço do Parque, através da promoção sistemática de exposições de peças artesanais de várias comunidades no interior da U.C. (principalmente do bairro Capela do Alto, situado no entorno do PEI e do bairro Macedo de Lima).

Em 2007, nas semanas de Carnaval (dias 17, 18 e 20 de fevereiro), Páscoa (dias 6, 7 e 8 de abril), N.S. Aparecida (dias 12 e 13 de outubro) e Proclamação da República (exposição de peças em 17 de novembro), o PEI sediou exposições do artesanato típico de Guapiara, eventos nos quais o montante obtido na venda de artefatos constituiu mais de um terço do arrecadado naquele ano com a comercialização do artesanato oriundo das ações de fomento e geração de renda da municipalidade por meio dessa atividade, fortalecendo a perspectiva de replicar a experiência a outras comunidades e municípios da Zona de Amortecimento de Intervales numa estratégia regional de geração de renda, divulgação e valorização da cultura regional e do artesanato tradicional.



Fotos do coquetel realizado pelo Fundo Social de Guapiara, durante o Desenho da Conservação em Unidades de Conservação e Zonas de Amortecimento, em junho de 2007, em São Paulo

Houve ainda a promoção conjunta de atividades culturais nas dependências do Parque com eventos de música, dança típica da região, teatro desenvolvido por jovens de Guapiara e de Monte Azul (comunidade de baixa renda do Município de São Paulo), bem como oficinas de percussão, fiação de lã de carneiro e culinária (pães e bolos), esta última desenvolvida tanto em Intervales como no bairro Capela do Alto, com vistas à capacitação para geração de renda.

A experiência exitosa coloca em perspectiva a ampliação desse leque de atividades e trabalhar Intervales também como equipamento cultural, destinando espaços à expressão artística e manifestação da cultura tradicional das comunidades, apoio a projetos de geração de renda (com ênfase no entorno) através cursos profissionalizantes, oficinas e capacitações, e ainda fomento à organização comunitária por meio de coletivo de jovens (ação que contaria com a participação da educadora Luiza Alonso, profissional com ampla experiência e atuação no território) e formação de lideranças, no bojo desse processo de integração regional do Parque. Por meio da parceria com Guapiara, já são desenvolvidas algumas experiências piloto que servirão de base para replicação junto aos demais municípios da Zona de Amortecimento da U.C. e da região.

O que possibilita esse nível de cooperação entre o Parque e o Município de Guapiara é a própria orientação da administração municipal que elegeu como foco, em seus projetos sociais e de geração de renda, a implantação e desenvolvimento de práticas sustentáveis; nas atividades desenvolvidas pelos beneficiários de programas sociais em Guapiara, como contrapartida pelo benefício recebido, a opção da Prefeitura foi por aquelas relacionadas à educação ambiental e ao desenvolvimento sustentável.

Assim, integrando programas de transferência de renda como o Bolsa Família (federal) e o Renda Cidadã (estadual), a municipalidade desenvolve, com grupos de mulheres das famílias assistidas, atividades de geração de renda por meio de artesanato diversificado, inclusive com resgate do artesanato tradicional da região, em palha, taboa, acolchoado, bordado, tecelagem e tapeçaria.

Da mesma forma, bolsistas do Programa Agente Jovem, do Governo Federal, bem como os inscritos no Programa Ação Jovem, do Governo do Estado, desenvolvem, em Guapiara, atividades sócio-educacionais com ênfase na educação ambiental pró-ativa. As atividades desenvolvidas vão desde a limpeza de cursos d'água e campanhas de educação ambiental junto à população até arborização pública com nativas e confecção de placas identificadoras das espécies, bem como construção de calçadas ecológicas. O contingente total de beneficiários nesses dois programas, no Município de Guapiara, é de 147 (cento e quarenta e sete) bolsistas, dentre os quais há seleção de agentes multiplicadores das ações que tem bolsa adicional, sendo o custo arcado pela Prefeitura.

Os bolsistas desses programas participaram também de uma pesquisa de “percepção do lixo” desenvolvida junto a residentes de áreas rurais, ação que integra um projeto desenvolvido pela Prefeitura que objetiva viabilizar operacionalmente um centro de reciclagem anexo ao novo aterro sanitário, em obras.

Contando com recursos próprios e por meio de convênio com o Centro Paula Souza, a Prefeitura de Guapiara desenvolve ainda cursos de agricultura familiar (com jovens, filhos de pequenos produtores), técnico florestal e técnico em meio ambiente. Ainda com recursos próprios e sob convênio com a mesma Instituição, a Prefeitura promove cursos de jardinagem/paisagismo, com atividades de revitalização de praças e monitoria ambiental / coleta seletiva e composto orgânico.

No Município de Guapiara também é desenvolvido um projeto Fehidro com fulcro em três componentes básicos: a) educação ambiental para alunos da rede municipal com idade de 07 a 14 anos; b) viveiro escola, cujas mudas de nativas destinam-se à recuperação de áreas públicas; c) agrofloresta, desenvolvido na escola do bairro do Paes, onde está instalado um dos cursos de agricultura familiar, já mencionado (convênio com o Centro Paula Souza).

Outro projeto em Guapiara que desperta particular interesse, do ponto de vista socioambiental, são as ações desenvolvidas para aproveitamento econômico de bambu, que integram o programa de fomento à atividade artesanal desenvolvido pela municipalidade. Entre outras realizações, moradores de Capela do Alto que realizaram um curso de construção ecológica pela EMBIO BAMBU obtiveram uma encomenda de 300 (trezentos) metros quadrados de trançado de bambu (taquarapoca) por um comprador do Município de Itatiaia (Rio de Janeiro); constata-se, portanto, que já há, inclusive, canal de comercialização, embora ainda não consolidado.

O Parque Intervales apóia ativamente a iniciativa, havendo promovido em sua sede um seminário sobre aproveitamento econômico do bambu, no dia 27 de setembro de 2007, que contou com a participação de técnicos, representantes de Prefeituras, de ONGs e órgãos públicos, pesquisadores e líderes comunitários. A oficina constituiu-se no primeiro passo para a formação de uma rede de instituições para fomento da atividade na região. Cabe ainda destacar que dentre as espécies que serão objeto de estudo para aproveitamento econômico e geração de renda incluem-se o taquaruçu e o crisciúma que, embora nativas, são consideradas invasoras em áreas de Mata Atlântica por especialistas.

Cabe ainda menção à existência, em Guapiara, de programas de olericultura orgânica desenvolvidos por meio de convênios entre a municipalidade, o SENAR, a Associação Guapiarense de Produtores Orgânicos (Agaor), a Federação de Agricultura Orgânica do Sudoeste Paulista e que contam com o financiamento e apoio de vários órgãos públicos federais e consórcios intermunicipais, bem como do fomento à atividade de turismo rural através de curso de capacitação ministrado sob a forma de convênio com o SENAR a 24 pequenos produtores rurais do bairro Santana.

Por fim a Prefeitura de Guapiara apóia ativamente iniciativas como a constituição da Associação Mono Carvoeiro, OSCIP que tem por meta o estabelecimento de pólo turístico integrando vários municípios da região onde há ocorrência da espécie, como estratégia para sua preservação, bem como os trabalhos da Agenda 21, iniciativa de grande importância regional lançada naquele Município.

O fomento dessas práticas sustentáveis e o desenvolvimento de projetos socioambientais lastreiam as relações de cooperação e parceria entre Guapiara e Intervales que, por sua vez, constituem-se em valiosas experiências de integração do Parque com seu entorno.

3. Município de Ribeirão Grande

Município onde se localiza a sede administrativa do Parque Estadual Intervales, Ribeirão Grande, em virtude mesmo desse fato, foi um dos primeiros do entorno com o qual a U.C. estabeleceu relações de parceria.

Exatos seis meses após a criação do Parque, é promulgada pela Prefeitura de Ribeirão Grande a Lei nº 126, de 08 de dezembro de 1995, que autoriza o Executivo Municipal a celebrar Termo de Cooperação Técnica com a Fundação Florestal visando à manutenção da U.C. em foco, o desenvolvimento de atividades de ecoturismo, bem como a execução de serviços de restaurante e hotelaria.

O referido dispositivo legal, entre outros aspectos, possibilitou inicialmente a operacionalização dos serviços de restaurante por parte da Cooperval (sobre o qual já discorremos anteriormente), bem como as primeiras ações de promoção do ordenamento sócio-cultural do entorno do Parque, incluindo a manutenção das vias de acesso a Intervales, com a melhoria do leito carroçável, combate à erosão e controle de drenagem pluvial.

Atualmente encontra-se em processo de revisão convênio firmado entre a Fundação Florestal e a Prefeitura de Ribeirão Grande, cujo plano de trabalho contempla também o plantio de nativas ao longo da estrada que liga Intervales àquele Município, a capacitação de monitores ambientais para acompanhamento da visita, a regularização do abastecimento de água nos logradouros lindeiros junto à SABESP, bem como cadastramento de moradores e proprietários ao longo da via objetivando um trabalho de envolvimento dos mesmos.

Esse cadastramento servirá de base para uma maior aproximação do Parque com os moradores locais com vistas à identificação destes com a U.C. da qual são vizinhos, bem como uma maior valorização das áreas preservadas. No quadro atual, cabe ressaltar, se é fato que algo em torno da metade dos visitantes de Intervales são residentes regionais que ali passam o dia em atividades recreativas e educacionais, também é fato que os vizinhos mais próximos do Parque possuem dele a visão de um equipamento “de luxo”, destinado ao lazer de pessoas de maior renda e de outras localidades; é esse último aspecto que se pretende alterar.

No que diz respeito aos trabalhos de recuperação da estrada que vai de Ribeirão Grande à entrada do Parque, as ações incluem a valorização cênica e cultural do trajeto, inserido no contexto de um roteiro de visita turística do Município, com perspectivas futuras de preparação de receptivos, organização dos atrativos ao longo do percurso e construção de instalações básicas para os visitantes, bem como de um centro de referência de artesanato.

Nesse sentido, encontra-se já em construção um portal turístico no início do trajeto que liga Ribeirão Grande ao Parque e tramita na Câmara de Vereadores projeto de lei que batiza a futura estrada cênica com o nome de *Ciro Braga*, justa homenagem a esse valoroso profissional que administrou Intervales no período de 1987, quando da aquisição ao Banespa da então Fazenda pela Fundação Florestal, a 1997, ano em que o então Parque Estadual Intervales já estava consolidado.

4. Ecolodge Paraíso

Caso ilustrativo da sinergia e compatibilidade entre o Parque e empreendimentos do entorno é a parceria com a Fazenda Paraíso, localizada no Município de Ribeirão Grande, alto Paranapanema, que entre vários outros equipamentos, possui arena de eventos também destinada a manifestações tradicionais representativas da cultura regional, como o fandango. O conjunto de atividades turísticas da Fazenda Paraíso possui tal similaridade às desenvolvidas em Intervales que o perfil de seu visitante muito se assemelha ao de parte dos visitantes do Parque; não raro, há casos em que turistas hospedados em Intervales visitam o empreendimento, o mesmo ocorrendo em sentido inverso.

5. Instituto de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (IDEAS)

Com pouco mais de dois anos de existência, em 2008 o Instituto de Desenvolvimento Ambiental Sustentável (IDEAS), organização não governamental sediada no Município de Capão Bonito, desenvolve importante ação de parceria com o Parque Estadual Intervales na reestruturação do viveiro da U.C.

A ação é financiada com recursos do projeto agroecológico do IDEAS e as mudas produzidas destinam-se à recuperação ambiental no interior do Parque e seu entorno, em áreas degradadas, em estado de regeneração ou ainda com destinação econômica; geração de renda por meio da implantação e incremento de sistemas agroflorestais, inicialmente em comunidades sediadas em Ribeirão Grande e Capão Bonito, com perspectiva de ampliação aos demais municípios da Zona de Amortecimento. Também está prevista a comercialização de parte das mudas produzidas com repartição da renda obtida em partes iguais entre o Parque e o Instituto IDEAS.

Com recursos da FEHIDRO, o Instituto IDEAS desenvolve também em parceria com Intervales o projeto viveiro escola que objetiva a capacitação de estudantes de colégio técnico de Guapiara (convênio da Prefeitura daquele Município com o Centro Paula Souza) dos cursos de agricultura familiar (com jovens, filhos de pequenos produtores), técnico florestal e técnico em meio ambiente, bem como de professores da rede municipal e agricultores, em técnicas agroecológicas e de produção de mudas. No financiamento, a Prefeitura de Guapiara figura como tomador e o IDEAS como executor, para o que conta com dois estagiários do curso superior em meio ambiente da Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva (FAIT), além de funcionários do Parque. A perspectiva futura é a difusão das técnicas e a criação de outros viveiros de nativas em áreas de entorno do Parque.

Ainda por meio de parceria entre Intervales e o Instituto IDEAS encontra-se em desenvolvimento projeto de recuperação de mata ciliar e reserva legal ao longo do Rio das Almas, no Município de Ribeirão Grande; há entendimentos preliminares também com a Prefeitura de Guapiara para estender futuramente a ação àquele Município no contexto mais amplo de uma ação de preservação de recursos hídricos em mananciais e cursos d'água próximos ao PEI.

Cabe ainda destacar a relevante contribuição de técnicos do Instituto IDEAS na elaboração do próprio Plano de Manejo da Intervales.

Entre os demais projetos e ações do IDEAS em prol da conservação ambiental e da preservação da biodiversidade, salientamos o cadastramento de artesãos desenvolvido no Município de Capão

Bonito, que subsidiará ações de fomento da atividade, bem como o Centro de Referência Ambiental, financiado pela CCRG e que destinará parte de suas instalações a órgãos do Poder Público da área do meio ambiente como o Departamento Estadual de Proteção dos Recursos Naturais (DEPRN), o Instituto Florestal e a própria Fundação Florestal.

Por fim, no aspecto social, cabe registrar a iniciativa do Instituto IDEAS no bairro de Capoeira Alta, em Ribeirão Grande, de alfabetização de adultos. Sediado na Zona de Amortecimento do PEI, esse bairro, com aproximadamente 2.000 residentes, possui índice de analfabetismo entre adultos em torno de 90% (estimativa do Instituto IDEAS em 2003). O curso funciona em uma sala cujo prédio foi cedido pela Prefeitura. A turma é composta por 25 alunos (série mista). O professor e o material são custeados pelo IDEAS. A duração programa é de 3 (três) anos, com perspectiva de beneficiar 120 residentes.

6. Associação ECOAR Florestal

Com o apoio do Parque Estadual Intervales, a Associação Ecoar Florestal (ECOAR) implantou no bairro Cristal, Município de Ribeirão Grande, o projeto “Coletores de Sementes” que conjuga recuperação florestal e geração de renda. A ação é financiada pela Votorantim Papel e Celulose (VCP) e desenvolvida em parceria com a Rede de Sementes Rio-São Paulo e a Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA).

Protagonizado pelo grupo Semente Nativa, constituído por produtores do bairro Cristal no curso da própria intervenção, o projeto “Coletores de Sementes” contempla um leque de atividades que vai desde a capacitação no manejo de espécies, identificação, análise de viabilidade, beneficiamento e armazenamento de sementes coletadas em áreas de floresta exteriores ao Parque, até a gestão do empreendimento e comercialização do produto.

O volume maior de demanda em relação à oferta de sementes, configuração de mercado estabilizada há algum tempo, é indicador do potencial de ampliação do projeto e fortalece sua perspectiva de expansão através da sensibilização, mobilização e organização de outras comunidades e grupos de produtores ao longo do contínuo de áreas florestadas, por meio da difusão dessa experiência de desenvolvimento local, sobretudo no entorno de Intervales.

Como desdobramento do projeto “Coletores de Sementes”, foi concluído um cadastramento de artesãos em Ribeirão Grande, inicialmente focado nos artefatos confeccionados com sementes e que acabou por abarcar toda a atividade artesanal daquele Município.

Já o projeto Colméias congrega três associações nos municípios de Itapeva e Capão Bonito e nele a atividade apícola é fomentada pela ECOAR em áreas de plantações de eucaliptos da VCP. O projeto contempla também a cadeia de comercialização do produto.

Em Capão Bonito também está localizado outro projeto que envolve recuperação florestal e geração de renda por meio de um viveiro construído e administrado pela ECOAR na área da Floresta Nacional (FLONA) daquele Município; com recursos oriundos do tributo pago pelos consumidores de madeira, o projeto compreende a produção de nativas e exóticas para doação a proprietários rurais, curso de reflorestamento e assistência técnica por cinco anos e seu raio de ação abrange 26 (vinte e seis) municípios da região do alto Paranapanema.

Há ainda a perspectiva, por parte da ECOAR, de novos projetos na região versando sobre a formação de jovens (educação ambiental e recuperação florestal) e produção de mudas a partir de sementes nativas com aproveitamento e recuperação de áreas hoje destinadas a depósito de estéril de empresas mineradoras.

7. Outras Parcerias

Na face sul do Parque, na região do vale do Ribeira, cabe menção ao Grupo de Busca e Salvamento de Iporanga, constituído a partir do Programa Turismo Seguro, do Governo Federal, em parceria com a Prefeitura daquele Município.

O Grupo Voluntário de Busca e Salvamento de Iporanga tem como principal foco a prevenção e diagnóstico de riscos, bem como a proposição de ações para minimizá-los. Por ter como principal foco de atuação o Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira (PETAR), sua criação tornou possível à referida U.C. obter, junto ao Ministério do Turismo, a Certificação de Qualidade de Atendimento e Segurança; o PETAR é um dos 15 selecionados para tal em todo o Brasil. Cumpre ressaltar que o raio de ação do Grupo Voluntário de Busca e Salvamento não se limita ao retro-mencionado Parque uma vez que, quando acionado, presta serviços a outras unidades de conservação da região (dentre elas, o Parque Estadual Intervales).

A ampliação e consolidação de outras parcerias com órgãos governamentais e ONGs, além de associações comunitárias locais se colocam em perspectiva e assumem caráter de intervenção regional, como no caso do projeto “Conservação e Sustentabilidade no *Continuum* Ecológico de Paranapiacaba - SP”, que visa promover a conservação dos remanescentes de Mata Atlântica em seu território de atuação que inclui, além de 10 municípios (entre os quais os seis sediados na Zona de Amortecimento do PEI), perfazendo uma população total estimada em 175.721 habitantes (IBGE 2004), o PEI e outras UCs (PETAR, Parque Estadual Carlos Botelho, Estação Ecológica Xitue e parte do mosaico de unidades de conservação de Jacupiranga). A linha estratégica adotada pelo projeto é integrar as ações e projetos desenvolvidos pelas instituições que atuam no território, o emponderamento das associações comunitárias locais e o fomento às atividades de trabalho e renda associados ao uso sustentável dos recursos naturais. Além de 8 associações de remanescentes de quilombo e 2 associações de pequenos produtores rurais, integram o Consórcio formado pelo projeto, a Fundação Florestal, Instituto Florestal, Fundação ITESP, Instituto Amigos da Reserva da Biosfera, Instituto para o Desenvolvimento Sustentável e Cidadania do Vale do Ribeira e o Instituto Socioambiental. Ordenamento da atividade turística com desenvolvimento de produtos e atrativos, aprimoramento do artesanato e resgate da variedade de utensílios e materiais com significado cultural, manejo de espécies florestais e certificação de processos produtivos são alguns dos campos de ação preconizados para geração de renda em comunidades a partir do uso sustentável dos recursos naturais. O projeto também prevê outros campos de ação como o envolvimento das populações do entorno das UCs na gestão territorial e a capacitação de comunidades para elaboração de projetos, gestão de negócios e formação de lideranças com vistas ao fortalecimento das organizações locais.

Por outro lado, a integração com outros projetos governamentais de interesse ambiental já em desenvolvimento como o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas e o Programa de Recuperação de Zonas Ciliares do Estado de São Paulo, além da potencialização e do maior ganho

em eficácia nas intervenções específicas, consubstancia pólos de disseminação de práticas sustentáveis sob a forma, entre outras, de difusão de sistemas agroflorestais, consorciamento de culturas, manejo sustentável de área florestada - inclusive na reserva legal existente no interior de propriedades - e recuperação da vegetação lindeira a cursos d'água, atividade esta que poderá gerar renda em comunidades com a contratação de serviços dos residentes tradicionais, com a vantagem técnica dos agentes agregarem à ação conhecimentos oriundos de seus saberes e do amplo conhecimento do território e do meio biótico. No que pese o fato dessa articulação envolver diretamente a Fundação Florestal e outros setores governamentais, o Parque Estadual Intervales, por todo seu histórico de fomento a práticas sustentáveis e projetos socioambientais em seu entorno, constitui-se em importante interlocutor junto às comunidades da região e ferramenta estratégica para alavancar esse desenvolvimento regional, efetuado em bases sustentáveis.

Por fim, afora os agentes que estabelecem relações diretas de cooperação com Intervales seja em caráter formal ou informal, sistemático ou ocasional, há que se ponderar que todas as comunidades de moradores, empreendimentos e coletivos de produtores estabelecidos no entorno de Intervales que desenvolvem práticas sustentáveis ou projetos socioambientais devem ser considerados como parceiros da conservação (e, indiretamente, do próprio Parque, posto ser esta a sua finalidade precípua), à medida que os projetos implantados ou as práticas desenvolvidas, por seu caráter demonstrativo, consolidam modelos de atividades econômicas realizadas em bases sustentáveis, replicáveis em outras áreas e comunidades, conjugando a geração de renda à preservação ambiental e diminuindo a pressão sobre os ambientes naturais e a biodiversidade.

6.5.2.3. Festas e eventos culturais

A valorização da cultura regional em suas diversas manifestações, além de contribuir para a preservação desse patrimônio que, como já discorremos anteriormente, é parte integrante e indissociável do meio natural no qual está inserido, constitui-se, potencialmente, em importante alternativa de geração de renda e desenvolvimento econômico em bases sustentáveis nos municípios dos entorno de Intervales, se considerada no contexto da atividade turística. A constituição dos povoamentos que deram origem às atuais cidades localizadas na Zona de Amortecimento do Parque remonta aos primeiros séculos de colonização e esse fato, combinado ao relativo isolamento do território, fez com que restassem preservados costumes, tradições e festividades que inexistem em outras localidades pelo histórico mais recente ocupação, ou se descaracterizaram - quando não desapareceram totalmente - em função do ritmo de desenvolvimento econômico, do processo de industrialização, do alto grau de urbanização e da maior exposição aos padrões culturais dominantes, proporcionada por uma estrutura de comunicação mais ampla. Destarte, os mesmos fatores históricos e econômicos que fazem com que os municípios do entorno do PEI e o vale do Ribeira e imediações apresentem alguns dos piores desempenhos em termos de IDHM no Estado, foram determinantes para a preservação das múltiplas manifestações da cultura tradicional da região. O ANEXO I deste Programa de Interação Socioambiental é composto pelo calendário de eventos culturais de cada um dos seis municípios sediados na Zona de Amortecimento do PEI.

Foge aos objetivos do presente Plano de Manejo o detalhamento deste vasto cabedal de manifestações culturais, mas impõem-se alguns registros com vistas a subsidiar a ação estratégica de fomento da atividade turística a partir da valorização da cultura regional.

Na face norte de Intervales ganha destaque o Fandango de Tamancos. Manifestação artística tradicional de origem espanhola, constituída de um bailado popular com sapateado, rufado ou valsado, individual e em pares, acompanhado por viola e sanfona de oito baixos, o Fandango de Tamancos se faz presente em outros Estados, além de São Paulo, porém, na maioria das localidades trata-se de uma reminiscência de outros tempos; em Ribeirão Grande tal manifestação é das mais genuínas do Brasil, a ponto de utilizar-se, na dança, tamancos de madeira especial para marcar o ritmo. Já em Capão Bonito, o Grupo de Fandango de Tamanco Cuitelo é destaque não só em São Paulo, mas na Bahia, Rio de Janeiro e Paraná e há quatro décadas participa do Festival Nacional do Folclore de Olímpia (DALE, 2004).

Há uma miríade de outros elementos folclóricos e manifestações tradicionais de origem extremamente variada, mesmo porque se somam às contribuições culturais das diferentes etnias que povoaram o território, o folclore de outros Estados trazido pelos tropeiros que se abasteciam de víveres e mueres criados na região. É comum a prática periódica, em festividades de cunho religioso, cívico ou tradicional, entre outras, da Dança de São Gonçalo, da Dança da Palminha, do Maculelê, da Capoeira e da peculiar Dança do Caranguejo (Ribeirão Grande), espécie de dança de roda com cantiga e coreografia próprias, em forma de quadrilha. A gastronomia também apresenta uma variedade bastante peculiar, como a cabeça de porco moqueada, de origem indígena, o bolinho capotado e a paçoca de carne / laranja na cuia, que pode ser apreciada em Ribeirão Grande, além da paçoca de carne com melancia e a leitoa com virado de feijão que podem ser degustados em comemorações tradicionais em Capão Bonito, ou ainda o rojão, presente na culinária de ambos os municípios.

Ainda na face norte de Intervales verificam-se tradicionais festividades religiosas, como a Festa de São José, padroeiro de Guapiara, que dura de 10 a 19 de março, ou, na mesma cidade, a Romaria de Nossa Senhora D’Ajuda, na segunda semana de julho, que percorre o trajeto de 18 km até a Igreja de mesmo nome localizada no bairro de Capela do Alto, partindo da Igreja Matriz de São José.

Ao sul de Intervales, o Município de Iporanga saúda o ano novo sobre as águas do Rio Ribeira de Iguape, por meio das embarcações que realizam a tradicional Procissão de Nossa Senhora do Livramento. Em Eldorado, após a Páscoa, ocorre a Festa do Divino Espírito Santo, comandada por um “alferes” que lidera a procissão empunhando a bandeira do Divino (vermelha) ou da Trindade (branca) à frente de uma comitiva que conduz mais doze bandeiras de cada cor, sendo que as vermelhas representam as doze tribos de Israel e as brancas os doze apóstolos de Jesus. Entre julho e agosto, passa por Sete Barras, pelo interior do Parque Estadual de Carlos Botelho, a Procissão de Bom Jesus de Iguape, com destino ao Município de mesmo nome onde se realiza a segunda maior festa tradicional de cunho religioso do Estado de São Paulo.

Essa é uma pequena parcela das festividades e manifestações culturais que pontuam o calendário dos seis municípios sediados no entorno de Intervales e que devem ser consideradas dentro de uma estratégia de incremento da atividade turística regional integrada, conjugada aos demais atrativos compostos por elementos arquitetônicos coloniais, cavernas, cachoeiras, trilhas e demais atributos naturais, além das demais atividades de lazer e aventura no entorno do PEI, à disposição do visitante e já enumeradas no capítulo do Programa de Uso Público deste Plano de Manejo. Não apenas a elaboração de roteiros integrados de visitação que incluam os atrativos existentes na UC e aqueles localizados nos municípios sediados na Zona de Amortecimento de Intervales, mas a divulgação desse leque variado de opções de lazer e atividades junto aos freqüentadores do Parque

e outros públicos, por meio de folhetos, cartazes, boletins informativos e demais materiais e formas de mídia disponíveis, podem atrair turistas dos mais variados perfis. Considerando o porte reduzido das populações e economias locais, o impacto desse incremento da atividade turística seria significativo nos setores de comércio e serviços dessas cidades. O mesmo capítulo (Uso Público) do Plano de Manejo também elenca, em linhas gerais, a produção artesanal oriunda dessa cultura. No ANEXO II deste Programa de Interação Socioambiental compilamos os dados do cadastramento de artesãos realizados em Capão Bonito e Ribeirão Grande em 2004 por uma empresa de consultoria contratada pela Fundação Florestal para elaboração de um diagnóstico da oferta turística, esclarecendo que os dados deste cadastramento encontram-se em fase de atualização por projetos desenvolvidos nos municípios em tela, respectivamente, pelo Instituto IDEAS e pela ONG ECOAR. No mesmo ANEXO II ainda consta o mesmo cadastro de artesãos (de 2004) desenvolvido em Guapiara, mapeamento da atividade efetuado pela Prefeitura daquele Município em 2007 com base em seus projetos de fomento à atividade, bem como dados colhidos no site oficial da Estância Turística de Eldorado. O artesanato presente tanto no vale do Ribeira quanto no alto Paranapanema, feito a partir de palha de milho, outras fibras vegetais e materiais diversos, sempre foi amplamente empregado para confecção de artefatos decorativos ou de caráter utilitário, portanto é parte integrante da cultura regional. A relação desses artefatos é extensa e não cabe aqui enumerá-las, mas para ressaltar o caráter tradicional dessas peças, impõe-se menção à rica variedade de cestarias confeccionadas há séculos e ainda hoje parcialmente utilizada no vale do Ribeira, por comunidades remanescentes de quilombos em Iporanga e Eldorado, para transportar sementes, frutos e outros produtos agrícolas e, no alto Paranapanema, o bordado atualmente feito na comunidade da Vila Ribeiros, em Guapiara, que emprega as mesmas técnicas e estilos empregados no ciclo bandeirista de exploração de ouro na região.

O fomento a essa produção artesanal por meio de eventos realizados no interior do Parque, já demonstrou seu potencial de geração de renda através das experiências de comercialização realizadas em parceria com a Prefeitura de Guapiara. Da mesma forma, apoiar a exposição e comercialização dessa produção artesanal fora do Parque, em parceria com as Prefeituras, aproveitando justamente os calendários de eventos e festividades dos respectivos municípios e o esforço de incremento da visitação turística do entorno, integrada à visitação de Intervales, constitui-se em alternativa de geração de renda, particularmente em comunidades de residentes em risco social, muitas delas sediadas na Zona de Amortecimento da UC. Cabe lembrar que a promoção do elemento humano, a inclusão social e a melhoria das condições de vida dos residentes no entorno do PEI diz respeito diretamente à manutenção das áreas preservadas e de proteção integral sob a guarda do Estado; ações isoladas de educação ambiental são insuficientes para conter pressões de natureza econômica sobre os recursos naturais por parte de populações que buscam neles, por vezes, a única alternativa de subsistência. Justamente pelo fato do patrimônio cultural e natural ser uno e indissociável, impõe-se a necessidade de estratégias integradas e ações concretas para preservá-lo, consubstanciadas no fomento a atividades econômicas e ao desenvolvimento local e regional, em bases sustentáveis, tanto por parte da Fundação Florestal como, por sua localização estratégica, do Parque Estadual Intervales.

6.5.2.4. Lazer, educação e cultura para comunidades do entorno

Atividades com vistas ao lazer, educação ambiental e cultural para as comunidades do entorno são promovidas em conjunto com o Programa de Uso Público, e naquele capítulo constam detalhadas as atividades e informações sobre essas atividades.

6.5.2.5. Ações para o Desenvolvimento Sustentável no entorno

1. Comunidade do Bairro Guapiruvu - Parceria com a AGUA

Entre as organizações da sociedade civil local, particularmente aquelas representativas das comunidades circunvizinhas com as quais o Parque Estadual Intervales busca sistematicamente o diálogo e a integração, destaca-se a Associação dos Amigos e Moradores do bairro Guapiruvu (AGUA), formada por pequenos produtores rurais (descendentes de índios, negros, japoneses e europeus) dessa localidade que faz divisa com a U. C. a sudeste, próxima à base Guapiruvu, no Município de Sete Barras.

Esse maior grau de integração que Intervales possui com a AGUA nada tem de casual ou fortuito; é decorrência do caráter diferenciado e inovador da organização desse grupo de produtores rurais do bairro Guapiruvu que por deliberação própria, cristalizada em normas estatutárias, pautam suas atividades econômicas por práticas sustentáveis, o que torna patente a convergência de princípios entre a referida associação e a U.C.

Criada em 27 de setembro de 1997, em meio à crise que sucedeu o ciclo de exploração do gengibre na região (1978 a 1995), a AGUA, que hoje conta com 120 associados, estabeleceu como meta o desenvolvimento econômico solidário e sustentável da comunidade, nos termos de seu próprio estatuto, e dentre seus quatro programas estruturais figuram os negócios sustentáveis e a ecocidadania. Um ano após sua fundação, a Água elaborou a Agenda 21 local conjuntamente com a Vitae Civillis.

A estratégia de geração de renda na comunidade, fortemente vinculada aos preceitos de desenvolvimento sustentável, levou à constituição de uma cooperativa (COOPERAGUA, fundada em 2002) cuja linha de atuação inclui a implantação e desenvolvimento de projetos socioambientais plenamente harmônicos com o a vizinhança do Parque, que contemplam atividades como a agroecologia e agricultura orgânica.

Completando a matriz organizacional presente no bairro, em 21.06.2003 foi constituído o Clubinho Ambiental Amigos da Mata, formado por crianças e jovens. O Clubinho Amigos da Mata desenvolve atividades de educação ambiental pró-ativa que vão desde a limpeza de cursos d'água e destinação adequada do lixo até o monitoramento da qualidade da água. Sua existência e atuação, mais que algo meramente simbólico ou figurativo, assegura a perenidade do modelo de desenvolvimento econômico, social e ambiental adotado pela comunidade, por meio da formação de novas gerações (e de novas lideranças) dentro da perspectiva da sustentabilidade.

O projeto de Agroecologia desenvolvido pela Água desde 1999, entre outros aspectos, contempla a implantação de unidades produtivas e demonstrativas, capacitação em gestão rural com módulos de organização social, custos de produção, administração geral e comercialização (visando eliminar a dependência em relação ao atravessador), rotação de leguminosas, agricultura natural (bokashi e

produção de fungos benéficos), e uso de adubação verde e compostagem para manter a fertilidade do solo.

Como resultado dessa linha de atuação, o principal produto agrícola dos associados da COOPERÁGUA, a banana, encontra-se, no ano de 2008, em processo de certificação orgânica pelo IMAFLORA, o que além do ganho em termos ambientais se reverte em ganho também aos próprios produtores pela agregação de valor.

Os associados da ÁGUA vêm progressivamente implantando, sob a forma de sistemas agroflorestais, o consorciamento de culturas, dentre as quais a pupunha e a juçara (mais de 300.000 pés, na soma de ambas as palmeiras). A vantagem do cultivo consorciado destas duas palmeiras reside no fato desta produção concorrer com o atendimento à demanda de mercado hoje suprida, em grande parte, por meio da extração ilegal da última espécie mencionada, em áreas de preservação.

Iniciado em 1999, o projeto Pupunha desenvolvido pela ÁGUA em parceria com o PRONAF, a Prefeitura do Município de Sete Barras e o Conselho de Desenvolvimento Rural resultou na construção de um viveiro comunitário de 1500 m², bem como de uma estufa para germinação de sementes de 200 m²; para este último equipamento existe ainda a perspectiva de utilização para a produção orgânica de verdura destinada à merenda escolar do Município. Por meio do projeto Pupunha foram promovidos cursos de capacitação e manejo para produtores e implantado um fundo rotativo (FRATERNO), experiência regional inovadora de microcrédito entre os associados da ÁGUA e os participantes do projeto em tela para custeio e investimento.

Já o projeto Juçara, implantado em 2002, conta com a parceria da Fundação Florestal e da SOS Mata Atlântica. Como o projeto Pupunha, constitui-se em alternativa de renda a produtores rurais diminuindo a pressão sobre os recursos naturais oriundos da extração clandestina, com aproveitamento do mercado existente por meio de atividade legal. O projeto Juçara prevê o manejo de rendimento sustentável da palmeira em áreas florestadas, a comercialização dos subprodutos do palmito, polpa de semente e madeira e a construção de uma pequena fábrica para processamento. Há ainda a perspectiva de parceria futura com Intervales objetivando o repovoamento de áreas do Parque com a espécie, uma vez que o projeto Juçara também prevê a implantação de banco de mudas e sementes para distribuição e comercialização.

Dentro do conceito de agricultura sustentável e contando com recursos do Banco Mundial, a ÁGUA desenvolve ainda o projeto Microbacias em parceria com o Governo do Estado através da CATI, que objetiva, entre outras ações, a produção de mudas nativas para fins de comercialização e reflorestamento de áreas degradadas, além de implantação de agroindústria, aí incluídos cursos de capacitação de produtores, o que gera renda adicional a partir da agregação de valor à produção, alternativa ao aumento de seu volume e, conseqüentemente, expansão de áreas de cultivo que, em tese, tenderiam a substituir áreas florestadas.

No que tange a outras experiências de manejo de recursos florestais além do juçara, já mencionada, desde 1998 a ÁGUA desenvolve o manejo de ervas medicinais por meio do projeto AGUAVIVA, fruto da parceria com a Vitae Civilis, Fundação Ford e Fundação Brasileira para a Biodiversidade - FUNBIO. Além do manejo, o projeto contempla o cultivo, beneficiamento e comercialização de plantas medicinais, bem como a implantação de campos demonstrativos de sistemas alternativos de produção agrícola.

Atualmente, a relação direta de cooperação com o Parque Intervales, além do recrutamento de 10 moradores do Guapiruvu para trabalhar em suas bases, se dá por meio de outro projeto desenvolvido pela AGUA, o de Ecoturismo, no qual a U.C. e sua instituição gestora, a Fundação Florestal, com o apoio de outras instituições, contribuem para a formação de monitores ambientais entre membros da comunidade, e esta, por sua vez, promove a visita a atrativos naturais em áreas do Parque e do bairro Guapiruvú, contíguas àquele, fomentando a geração de renda por meio do turismo sustentável e desenvolvendo, de forma simultânea, atividades de educação ambiental. Destarte, ex-palmiteiros do bairro Guapiruvu obtém hoje seus rendimentos em atividades de recepção e monitoria ambiental em um circuito de visita que já conta com atividades de trilhas de acesso a cachoeiras e prática de bóia-cross (em área externa ao Parque); a perspectiva é de estreitar ainda mais os laços com Intervales, o que será possibilitado pela transformação da base que leva o nome do bairro em uso múltiplo, incluindo o apoio à visita pública, discutindo-se a possibilidade de gestão em parceria.

Por fim, cabe destaque o projeto de Assentamento Agroambiental “Alves, Teixeira e Pereira” desenvolvido em terras desapropriadas, entre 2004 e 2006, da até então denominada Fazenda Boa Vista, localizada entre o bairro Guapiruvu e a base de Intervales denominada Funil, que envolve 72 famílias em área de 3.072 ha contígua ao Parque, sob a coordenação do INCRA e da AGUA e com o apoio da Fundação Florestal. O projeto preconiza como fator de geração de renda, o desenvolvimento de atividades e práticas sustentáveis, o que tende a consolidar a área em foco como amortecedor de frentes de pressão naquele entorno imediato, em benefício de Intervales e da biodiversidade da região. A consolidação do Assentamento Agroambiental “Alves, Teixeira e Pereira”, no qual a ÁGUA desenvolve papel estratégico de apoio, contribuirá de forma significativa para o aprimoramento do desenho da conservação acima da chamada “área do funil” de Intervales, uma vez que a borda de interface com a U.C. será destinada à preservação integral, eliminando o ângulo reto que se verifica naquele perímetro do Parque, sendo a área restante do assentamento destinada ao manejo de recursos naturais de áreas florestadas, à implantação de sistemas agroflorestais e de agricultura orgânica, bem como à visita pública de base comunitária (e educação ambiental), por meio de atividades de ecoturismo geridas pelos assentados. Além de por termo a um longo histórico de conflitos agrários (quase meio século), com a promoção da justiça social para os agricultores familiares estabelecidos naquele logradouro, a consolidação do Assentamento Agroambiental “Alves, Teixeira e Pereira” também contribuirá de forma significativa para mitigar os impactos sobre áreas de preservação uma vez que concretiza alternativa de geração de renda, em bases sustentáveis, para famílias de agricultores que, expulsos de sua terra, tinham, até então, na extração ilegal de juçara a única alternativa de rendimento e o único meio de vida.



Fotos Agrofloresta/Guapiruvu, durante a expedição da equipe do Plano de Manejo em set/2006

2. Comunidades Quilombolas

No processo de inserção regional e integração do Parque Estadual Intervales com sua vizinhança (municípios, comunidades, empreendimentos), além das parcerias já elencadas há ainda uma gama de relações de sinergia e cooperação, por vezes pontuais ou informais, cuja perspectiva é de estreitamento de laços e consolidação.

No vale do Ribeira, a sudoeste, o Parque faz divisa com cinco comunidades de remanescentes de quilombos e possui mais duas localizadas em sua Zona de Amortecimento, reconhecidas ou tituladas, cujos territórios integram o contínuo de áreas florestadas e abrigam populações tradicionais que historicamente alicerçam suas atividades econômicas na utilização racional e equilibrada dos recursos naturais, razão pela qual é de mútuo interesse o fomento de práticas sustentáveis e projetos socioambientais, alguns dos quais desenvolvidos em parceria com a Fundação Florestal que, entre outras ações, promove e fornece suporte técnico ao repovoamento da palmeira juçara (*Euterpe edulis*) nos territórios quilombolas desde 1997. Em fevereiro de 2008, esses territórios que antes eram abrangidos pela APA da Serra do Mar, foram reclassificadas em APA dos Quilombos do Médio Ribeira.

Nas proximidades da base de Intervales denominada Alecrim, localizam-se as comunidades de Maria Rosa e Pilões. Ambas promoveram a formação de monitores ambientais por meio de projeto desenvolvido em parceria com o Instituto Amigos da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica (IA-RBMA) e, com o apoio do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP), cursos e oficinas de culinária, aprimoramento do artesanato local e apicultura. Há ainda, em perspectiva, a implantação de atividades de turismo de base comunitária, uma vez que as habitações atualmente construídas pelo CDHU poderão ser periodicamente oferecidas a hóspedes.

Já a comunidade quilombola de Ivaporunduva, a mais antiga da região, desenvolve uma gama de práticas sustentáveis e projetos socioambientais, dentre os quais destacamos, o cultivo de banana orgânica (certificada pelo Instituto Biodinâmico através de projeto desenvolvido pelo Instituto Socioambiental), o artesanato em palha de bananeira, o repovoamento de juçara, conjugando a recuperação florestal e manejo de rendimento sustentável (atividade fomentada pela Fundação Florestal) com o turismo de base comunitária (contando com pousada para visitantes, construída pelo ITESP).

Em Ivaporunduva também se localiza o centro de processamento de plantas medicinais construído pela Fundação Florestal em projeto de manejo sustentável de seis espécies (embaúba, cana do brejo, cipó-arbutó, jaguarandi, pariparoba e espinheira-santa) desenvolvido em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina, UNESP-Botucatu e FUNBIO. As comunidades quilombolas de São Pedro, Sapatú e Pedro Cubas também figuram como parceiras deste empreendimento por meio de suas associações, e em cada uma delas encontra-se em construção um centro de armazenamento das referidas espécies, devidamente manejadas nos respectivos territórios, para posterior envio à Ivaporunduva onde serão objeto de beneficiamento conjunto.

Em Galvão, o destaque é um viveiro em implantação, de início destinado exclusivamente à geração de renda por meio da produção de espécies comerciais (palmeira real e pupunha), mas com todo o potencial para, futuramente, produzir nativas destinadas a ações e projetos de regeneração de áreas preservadas, como por exemplo, na Zona de Recuperação de Intervales que faz divisa com a referida comunidade.

3. Projetos/ações de cunho socioambiental com participação de ONGs e outros órgão governamentais

Na perspectiva de promoção do desenvolvimento sustentável como estratégia de preservação ambiental, é de fundamental importância que o PEI busque, à medida do possível, apoiar essas intervenções. Tal apoio pode ser prestado de diversas formas que vão desde a cessão de espaços em suas instalações para reuniões, seminários, congressos, simpósios, cursos de capacitação, oficinas e treinamentos diversos, bem como comercialização de produtos oriundos de atividades sustentáveis, até a divulgação de projetos, eventos, produtos, atrativos turísticos e roteiros integrados do entorno. Como veremos à frente, na Análise Situacional Estratégica do Programa, a localização e situação privilegiada do PEI - área núcleo do contínuo - bem como a aproximação com outras instituições com atuação no território, entre outros aspectos, são apontadas como oportunidades a serem exploradas pelo Parque no sentido de fomentar estrategicamente ações de geração de renda e uso sustentável dos recursos naturais junto às comunidades do entorno, objetivando mitigar pressões sobre áreas preservadas. Compomos um panorama geral com algumas das principais intervenções e projetos desenvolvidos no território com vistas a que isso se efetive. Relacionamos, no ANEXO III, projetos e ações de cunho socioambiental desenvolvidos na Zona de Amortecimento do PEI e na região em que ele está localizado. O maior ou menor número de ações concretas de fomento e apoio, por parte do PEI, aos projetos e ações elencados, assim como às demais iniciativas e intervenções desenvolvidas em bases sustentáveis no território constituirá, inclusive, um dos indicadores na avaliação da eficácia deste Programa de Interação Socioambiental quando da revisão do Plano de Manejo, prevista para daqui a cinco anos.

6.5.3. PROGRAMA DE INTERAÇÃO SOCIOAMBIENTAL

A análise estratégica foi feita com base na identificação dos fatores internos e externos que impulsionam ou dificultam o alcance dos objetivos do PEI relacionados à gestão do Programa de Interação Socioambiental. A matriz apresentada (Tabela 1) é o resultado da discussão da equipe técnica da Fundação Florestal que vivencia (ou vivenciou) a gestão da unidade nos últimos anos.

A partir da matriz elaborada, foram propostas estratégias, linhas de ação e orientações gerais para implementação, submetidas à apreciação dos participantes da Oficina Conclusiva do Plano de Manejo, que discutiu o zoneamento e o Programa de Interação Socioambiental.

A oficina ocorreu em 2008, em duas etapas, nos dias 15 e 16 de fevereiro na sede do PEI com ênfase nas discussões das propostas de interesse do alto Paranapanema, e 18 e 19 de fevereiro, em Registro, para as questões pertinentes ao vale do Ribeira.

A oficina contou com a participação de mais de 100 representantes de várias instituições.

As estratégias e linhas de ação contidas neste Programa são o resultado destas discussões.

6.5.3.1. Análise Situacional Estratégica do Programa

Tabela 1. Análise Situacional Estratégica do Programa de Interação Socioambiental.

ASPECTOS SOB CONTROLE DA ORGANIZAÇÃO	ASPECTOS FORA DO CONTROLE DA ORGANIZAÇÃO
FORÇAS	OPORTUNIDADES
<ol style="list-style-type: none"> 1. Projetos de uso sustentável desenvolvidos pela FF no contínuo 2. Projeto PICUS elaborado e parcerias articuladas 3. Alto grau de compromisso do gestor da UC e da instituição com o desenvolvimento sustentável 4. Parceria Coopervales e contratos possibilitam geração de emprego no PEI para moradores do entorno 5. Realização de festas e encontros valorizando a cultura regional e gerando renda 6. Termo de Cooperação com as Prefeituras de Ribeirão Grande e Guapiara, visando recuperação da estrada de acesso e curso de monitores ambientais para a população dos municípios 7. Conselho Consultivo - composição representativa da população do entorno - constituído formalmente desde 2002 e ativo 8. Potencial de ampliação de atividades recreativas e culturais na sede 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Localização e situação privilegiada do PEI - área núcleo do contínuo florestal, situação fundiária regular, ausência de ocupantes em seu interior, poucas propriedades no entorno 2. Prefeitura de Guapiara em diversas atividades - projetos sociais e ambientais e parceira do PEI 3. ONGs IDEAS, ECOAR e Associação Mono Carvoeiro - Capão Bonito e Ribeirão Grande e Guapiara - projetos socioambientais e parceiras do PEI 4. Bairros e comunidades do entorno próximo mobilizados e interessados em projetos socioambientais (alto Paranapanema incipiente e vale do Ribeira maior organização social e produtiva) 5. Consórcio de turismo existente no alto Paranapanema (atualmente pouco ativo, mas boa instância) 6. Existência de atrativos importantes no contínuo (encanados, história, artesanato - Alto Paranapanema; turismo de aventura, comunidades tradicionais e projetos sustentáveis - vale do Ribeira) 7. Projeto Ecoturismo da Mata Atlântica - BID (elemento específico para contínuo) 8. ICMS Ecológico - Iporanga e Eldorado com maiores valores (em virtude do PEI) 9. Aproximação do ISA e ITESP - atividades em comunidades quilombolas 10. Iniciativa da AGUA em firmar parceria com a FF
FRAQUEZAS	AMEAÇAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Ausência de equipe mínima para as articulações e desenvolvimento de projetos e parcerias (inclusive com a extinção das equipes de arquitetura e ecoturismo) 2. Ausência de normas e instrumentos que facilitem parcerias 3. Indefinição quanto ao grau de autonomia do gestor da UC para as ações do Programa 4. Ausência de informações sistematizadas / exposição permanente no PEI sobre existência e localização dos atrativos do contínuo, comunidades e artesãos, visando sua valorização e divulgação junto aos visitantes 5. Ausência de exposição e/ou ponto de venda de produtos regionais, com o mesmo objetivo 6. Falta de equipamentos adequados para realização de atividades sócio-culturais e educativas 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Prefeitura de Ribeirão Grande - parceira do PEI - baixa capacidade para desenvolvimento de projetos socioambientais 2. Prefeitura de Capão Bonito com baixo grau de envolvimento/interesse pelo PEI 3. Aquisição de terras no entorno por empresas minerárias 4. Ausência de transporte coletivo (alto Paranapanema e vale do Ribeira) - dificulta acesso ao PEI pela população local/regional 5. Envolvimento incipiente das Prefeituras de Capão Bonito, Iporanga, Eldorado - ausência total de envolvimento da Prefeitura de Sete Barras (que considera PEI um entrave) 6. Paisagem impactada no entorno (norte/ noroeste do PEI - Guapiara (mineração) e Ribeirão Grande (estrada de acesso) 7. Aldeamento indígena no interior do PEI, com dificuldades legais de acordo 8. Baixo grau de conhecimento do PEI pela população do contínuo

9. Alta presença de palmiteiros e caçadores no contínuo
10. Políticas governamentais conflituosas - mineração e ecoturismo na mesma região
11. Interesse de Capão Bonito no incremento das atividades minerárias e dependência econômica de Ribeirão Grande dessas atividades
12. Falta de manutenção e regulamentação de uso das estradas vicinais de acesso ao PEI e às comunidades vizinhas
13. Alto índice de doenças respiratórias em Guapiara e Ribeirão Grande (causa provável: mineração)
14. Dificuldade de titulação impede o acesso ao crédito por parte de pequenos e médios produtores
15. Alta vulnerabilidade social dos jovens

6.5.3.2. Objetivos

- Compartilhar com a população do entorno os objetivos estabelecidos nos diversos programas de manejo e estimular vínculos de pertencimento.
- Contribuir com a proteção e recuperação do contínuo florestal da Zona de Amortecimento.
- Contribuir com o desenvolvimento de organicidade comunitária, tanto nos aspectos econômico, cultural e socioambiental como nos âmbitos local e regional.

6.5.3.3. Princípios

- Reconhecer que se trata da gestão de um só patrimônio, complexo, multifacetado, natural e cultural a um só tempo e indissociável.
- Valorizar os saberes tradicionais que contribuem para a conservação do contínuo.
- Adotar Intervales como centro difusor de ações ambientais e informações de programas ambientais.

6.5.3.4. Indicadores de efetividade

- Número de visitantes regionais;
- Número de parcerias estabelecidas;
- Número de projetos de recuperação e de uso sustentável diretamente elaborados e/ou implantados pelo Parque;
- Número de moradores do entorno envolvidos em atividades no PEI;
- Número de moradores do entorno envolvidos em projetos de recuperação ou uso sustentável articulados pela instituição;
- Número de projetos e ações de cunho socioambiental desenvolvidos por ONGs e outros órgãos governamentais na região que contaram com algum tipo de apoio ou contribuição do Parque;

- Número de eventos de lazer, culturais e educativos promovidos e sediados pelo PEI envolvendo a comunidade do entorno ou realizados no entorno contando com algum tipo de fomento por parte da Instituição;
- Número de roteiros de visitação integrada (UCs, comunidades, Prefeituras) elaborados e implantados;

6.5.3.5. Estratégias e Linhas de Ação

Estratégia 1. Divulgação e valorização do contínuo e da cultura regional, promovendo senso de pertencimento e possibilitando a geração de renda no entorno. Ações articuladas e em parceria.

As regiões do vale do Ribeira e alto Paranapanema figuram entre as primeiras iniciativas de colonização do Brasil e nelas a presença de grupamentos humanos em muito antecede a chegada do europeu; atesta isso o fato do vale do Ribeira possuir a maior concentração de sítios arqueológicos do Estado, conforme mapeamento do Instituto de Pré-História da USP. Seu histórico de ocupação é bastante diferenciado e foi condicionado por características específicas do meio físico (solo, clima e relevo) e definições geopolíticas que fizeram com que o território ficasse à margem dos principais ciclos da economia paulista, resultando num quadro atual de expressiva cobertura vegetal, da ordem de 60% de remanescentes de Mata Atlântica, bem como na existência de comunidades tradicionais quilombolas, ribeirinhas, caboclas e outras cujas formas de reprodução social estão estreitamente associadas ao ambiente natural (Maldonado, 2005 - fls. 13). Tais peculiaridades históricas fazem do território, a um só tempo, um dos mais pobres em termos de desenvolvimento econômico e dos mais ricos em termos de preservação da biodiversidade e de manifestações da cultura tradicional. A perspectiva de desenvolvimento e da melhoria da qualidade de vida das populações e comunidades necessariamente reside na riqueza desse patrimônio natural e cultural. Nos últimos anos, as próprias municipalidades vêm progressivamente se dando conta que justamente os elementos que diferenciam essas regiões das demais e que limitam e restringem o desenvolvimento nos moldes convencionais de industrialização, urbanização e exploração de recursos, são fatores dotados de grande potencial para impulsionar outro tipo de economia e outro padrão de desenvolvimento. É crescente o número de iniciativas voltadas ao incremento do turismo, sobretudo de base ecológica, cultural e histórica, bem como a atividades econômicas calcadas em práticas sustentáveis, como o artesanato e o manejo de recursos naturais. O recente florescimento da atividade turística no território voltado aos atrativos naturais, arquitetônicos e históricos pode ser constatado através de projetos em curso, como o Caminho dos Tropeiros ou os Caminhos de São Tomé ou em gestação, como a visitação aos Encanados e em áreas de domínio de comunidades quilombolas e caiçaras, organizadas em associações. Ações de fomento à atividade artesanal, à agricultura orgânica, à implantação de sistemas agro-florestais e ao manejo de rendimento sustentável de espécies nativas também tem sido objeto de diferentes parcerias entre ONGs, Prefeituras e outros órgãos governamentais. Como não poderia deixar de ser, a Fundação Florestal e o Parque Estadual Intervales são parceiros em muitos desses empreendimentos e a tendência é ampliar ainda mais essa participação como estratégia de preservação das áreas protegidas através da promoção social e econômica das comunidades do entorno e de sua integração e identificação com as áreas de proteção integral sob a guarda do Estado. O Parque Estadual Intervales, no que

pese suas limitações orçamentárias, técnicas e de recursos humanos, vem dando apoio a projetos do gênero e iniciativas que objetivam valorizar o patrimônio natural e cultural da região, e o grande desafio que se impõe é que esse apoio se dê de forma crescente e, sobretudo, sistemática. Dentro da limitação de recursos, entendemos ser prioritário consolidar uma programação estável e o mais abrangente possível em relação aos eventos que tem por objeto a valorização e divulgação da cultura e dos atrativos naturais e culturais da região, promovidos e sediados no PEI, como as oficinas realizadas na semana do meio ambiente e as exposições de artesanato regional em períodos de maior fluxo de visitação como nos meses de férias escolares e feriados prolongados (a exemplo dos eventos ocorridos em 2007, na parceria com a Prefeitura de Guapiara), bem como aqueles realizados nos municípios vizinhos que contam com seu apoio, como a Mostra de Artesanato do mesmo Município, junto à Feira Regional de Itapetininga, realizada em 2006. No que pese a escassez de recursos humanos e materiais do PEI, em grande parte absorvida pelas lides cotidianas de sua administração, que inclui visitação ininterrupta no decorrer do ano por parte de diferentes públicos, bem como por episódios adicionais ocasionados por frentes de pressão na área preservada (atividade mineraria, caça, extração clandestina de palmito e outros recursos florestais), impõe-se um esforço ainda maior do que o já realizado no sentido de viabilizar a perenidade dessas ações e, à medida do possível, sua expansão. O que se deve evitar é que a promoção e fomento desses eventos assumam caráter esporádico, o que deprecia a eficácia necessária para obtenção do fim propugnado, ou, pior ainda, caráter aleatório, o que poderia ter um efeito inverso, desmotivando parcerias atuais e gerando descrença em projetos futuros, em virtude de pouca repercussão dos resultados obtidos. Já a ação sistemática e massiva de promoção de eventos culturais e apoio às manifestações da cultura tradicional dessas regiões, como demonstram as experiências parciais até aqui realizadas, gerariam uma maior aproximação junto às comunidades da Zona de Amortecimento e a identificação, particularmente entre os residentes do entorno, com as áreas preservadas, tanto mais se as ações conjuntamente desenvolvidas de valorização dessa cultura se traduzissem em fatores de geração de renda que revertessem em prol dessas comunidades, pelo incremento da comercialização do artesanato local ou pelo impacto positivo nos setores de comércio e serviços, gerado pela ampliação da atividade turística no território.

Linha de ação 1. Implementação de exposição histórico-cultural da região

- a. Implantar, no Centro de Visitantes existente, exposição contendo: história (breve) dos municípios, com destaques à cultura, comunidades, atrativos e projetos de uso sustentável.
- b. Implantar local para exposição e comercialização permanente do artesanato local/regional tanto na Sede de Intervales como no futuro Núcleo do vale do Ribeira.
- c. Prever um local definitivo para a exposição histórico-cultural da região na futura edificação do Centro de Visitantes.

Recomendações:

- Projeto arquitetônico definitivo do Centro de Visitantes deve possuir características de permacultura e bio-arquitetura.
- Exposição com painéis e peças de artesanato local/regional.

- Parceria entre as comunidades e o Parque para que se possa transportar e vender o artesanato das comunidades do entorno.
- Implantação de um anfiteatro para atividades artístico-culturais.
- Criação de uma Sala-Verde, com inclusão à Internet para a comunidade. Link: Programa ACESSA São Paulo do Governo do Estado.
- Exposição e fotos, documentos. Apresentação de documentários, exposição de artesanato e sala de culinária.

A implantação do Centro de Visitantes, nos moldes propostos, é peça básica na estratégia de sedimentar esse elo entre o Parque e as comunidades do entorno, de valorização de sua cultura, seus costumes, suas tradições, para promover o senso de pertencimento entre os residentes locais, o resgate de suas raízes, identificação com um território que inclui, necessariamente, as áreas protegidas, parte integrante de sua história. A divulgação dos atrativos regionais e projetos de manejo de rendimento sustentável entre os visitantes do Parque, por sua vez, presta-se ao fomento à atividade turística no território e ao consumo de produtos advindos de práticas sustentáveis e ao mercado justo e solidário, o que se reverte em benefícios de ordem econômica às populações locais.

A abertura do Núcleo do PEI no vale do Ribeira é extremamente oportuna e reforça essa perspectiva pela possibilidade de, entre vários outros aspectos, constituir-se em outra base de apoio à valorização da cultura e dos atrativos da região, bem como de divulgação e mesmo comercialização de artefatos artesanais diferenciados, entre os quais aqueles confeccionados por comunidades quilombolas e caiçaras.

Linha de ação 2. Produção de Material de divulgação

- a. Desenvolver material impresso (folders e cartazes) com o mesmo conteúdo da exposição.
- b. Preparar e disponibilizar Atlas Socioambiental do Contínuo de Paranapiacaba.
- c. Desenvolver folhetos com croquis e mapas pictóricos de trilhas e atrativos do entorno com suas distâncias a partir da sede do PEI e do Núcleo vale do Ribeira - e se possível dos serviços oferecidos (pousadas, restaurantes, ecoturismo).
- d. Estabelecimento de parceria com ONG com o objetivo de desenvolver material educativo de Educação Ambiental no Parque e na rede de ensino dos municípios sediados em seu entorno

Recomendações:

- Inserir matérias na mídia impressa, desenvolver reeleases para publicação em jornais locais, e divulgação em Rádio e TV, sugestões de pauta e entrevistas com participantes de projetos socioambientais do entorno do PEI.
- Impressão em papel reciclado. Criação de cartilha.

Com vistas à geração de renda para as populações do entorno através da divulgação dos atrativos turísticos da região, da variedade dos artefatos artesanais produzidos e dos produtos oriundos de práticas sustentáveis e de manejo de recursos naturais, faz-se necessário a confecção e distribuição

de material específico, na forma de impressos, em diferentes formatos, e de áudio-visual. Entre outros materiais, folhetos com croquis e mapas pictóricos de trilhas e atrativos do entorno com suas distâncias a partir da sede de Intervales e do Núcleo vale do Ribeira constituem-se em instrumento prático e eficaz para a integração da visita do Parque e a atividade turística em seu entorno. Essa divulgação, no entanto, não necessita e nem deve ser circunscrita aos visitantes do PEI. É possível, de diferentes formas, ampliar o raio de ação e o público-alvo dessa divulgação. Dependendo dos recursos financeiros disponíveis para a produção do material e, conseqüentemente, do volume produzido, é plenamente possível, por exemplo, contatar estabelecimentos da rede hoteleira regional, bem como estabelecimentos comerciais (restaurantes) localizados nas estradas estaduais e federais que dão acesso aos municípios, solicitando-lhes auxílio na distribuição de impressos e mesmo fixação de cartazes nos referidos estabelecimentos. A veiculação de material junto a escolas e em eventos realizados em localidades diversas é outra forma de ampliar essa divulgação. Para intensificá-la propõe-se ainda a utilização de diferentes mídias, inclusive com a inserção de matérias e sugestões de pauta para entrevistas com protagonistas de projetos socioambientais, como forma de apoio à comercialização de produtos, bem como à replicação e troca de experiências entre diferentes empreendimentos do gênero.

Linha de Ação 3. Instalação de placas de acesso, indicando as comunidades (e seus atrativos)

- a. Instalar placas de acesso nas vias indicando as comunidades e seus atrativos. Parceria com as comunidades, Prefeituras e UCs vizinhas.

Recomendações:

- Estabelecer padrão de comunicação visual.
- Utilizar materiais de fácil manutenção ou de manutenção local.
- Atentar à questão da identidade / senso de pertencimento na elaboração de placas.

A sinalização proposta, indicando nas vias de acesso, por meio de placas e painéis, a localização de comunidades e seus atrativos, é outro elemento prático e eficaz na estratégia de integração da atividade turística entre a UC e seu entorno. Possui também a qualidade de estreitar laços de parceria e comprometimento simbólico de intervenção conjunta entre diferentes instituições uma vez que para implementar essa ação faz-se necessário a articulação com as municipalidades, outras unidades de conservação e comunidades do entorno. Porém, suas principais características são as de potencializar geração de renda e reafirmação de identidade nas comunidades vizinhas. A primeira dessas características reside no fato da sinalização indicar aos turistas roteiros de visita, atrativos e pontos de comercialização artefatos artesanais e outros produtos e serviços ofertados pelas comunidades próximas ao Parque. A outra, obtida através de elaboração criteriosa da indicação e estreitamente vinculada à primeira, diz respeito à valorização do território ocupado por essas comunidades e do estreito laço entre este e seu histórico particular e cultura específica. Um painel indicativo da comunidade quilombola de Ivaporunduva, por exemplo, deve, a princípio, fazer menção a suas origens, que datam do século XVI, à capela de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, construída por iniciativa de escravos em fins do século XVIII e que é a última construção pertencente ao ciclo paulista do ouro (CONDEPHAAT, 1972), às suas principais festas tradicionais e

às datas de seu reconhecimento e titulação, juntamente com a relação de atrativos que, no caso, inclui pousada. No entanto, a definição final acerca do que vai figurar no painel se fará a partir de consulta à comunidade, que deverá ter plena identificação com os elementos ali contidos.

Linha de Ação 4. Elaboração e implementação de um calendário cultural de festas e eventos

- a. Elaborar e implementar calendário cultural de festas e eventos no PEI (em especial para composição do evento com os destaques - artesanato, música, dança, culinária típica), em conjunto com as prefeituras, empreendimentos e comunidades do contínuo.
- b. Implementar projeto “Música no Parque”, a realizar-se de forma sistemática e periódica.
- c. Implementar atividades com oficinas musicais e teatrais para a sensibilização sobre Terra, Meio Ambiente e Conservação.

Recomendações:

- Viabilização de transporte e hospedagem para membros das comunidades do entorno do PEI para os eventos na sede e entorno (municipais e de bairros).

Seguindo a linha estratégia de valorização da cultura local e regional, integração das populações vizinhas ao Parque e geração de renda às coletividades que o circundam, a elaboração de um calendário cultural de festividades e eventos no PEI deve ter como base as comemorações de cunho cívico e religioso e de caráter tradicional, verificadas em seu entorno. Ao analisarmos os calendários de eventos dos municípios sediados na Zona de Amortecimento (Anexo I), verificamos, por exemplo, que a comemoração da semana do folclore integra o calendário oficial das três cidades da face norte (alto Paranapanema), o que nos leva a sugerir atenção a esta data; poderia articular-se evento anual conjunto no Parque, com comida típica, artesanato regional, apresentações musicais e outras atrações e manifestações culturais dos três municípios, através de parceria com as respectivas Prefeituras, reforçando o caráter simbólico da data e servindo como oportunidade de integração entre as três municipalidades e Intervales. Festividades juninas também são uma tradição forte em todo o entorno, particularmente a de São Pedro (29/06) que assume caráter mais tradicional, posto figurar em calendários oficiais tanto do alto Paranapanema como do vale do Ribeira, devendo-se atentar ao fato desta manifestação estar presente, de forma destacada, em bairros rurais, como Alegre de Baixo e Capinzal de Iporanga, no Município de Guapiara, e bairro Anacleto, em Ribeirão Grande, como também ser objeto de acentuado relevo em Eldorado, à vista da procissão organizada pelo bairro Mirante do Cruzeiro e das atividades desenvolvidas na comunidade quilombola homônima ao santo. Por outro lado, a participação contínua do PEI nas festividades relativas ao aniversário de Ribeirão Grande, Município em que se localiza a sede do Parque, poderia estender-se também aos demais municípios da Zona de Amortecimento e pontuar, de forma sistemática, sua agenda de eventos. O desenvolvimento de atividades no Parque que incorporem elementos da tradição local a um processo de sensibilização em relação à temática da preservação ambiental por meio de oficinas culturais, conjugadas a concursos e apresentações teatrais e musicais, desenvolvidas junto ao público jovem do entorno também é um instrumento de valorização da cultura tradicional e educação ambiental pró-ativa.

Linha de Ação 5. Implementação de roteiros de visitação articulados entre PEI e contínuo

- a. Planejar e implementar roteiros de visitação integrados no contínuo, articulados entre as UCs vizinhas, prefeituras e comunidades do entorno.

Recomendações:

- Implementação de programa turístico, incluindo visitas aos bairros e comunidades locais.
- Valorização do cardápio regional e culinária local.
- Inclusão das festas regionais e religiosas.
- Desenvolvimento de programa de intercâmbio entre as comunidades do entorno.

O estabelecimento de roteiros integrados de visitação entre o Parque Estadual Intervales, cidades e comunidades do entorno e as UCs vizinhas, além de impactar positivamente as economias locais por meio de demandas aos setores de serviços e comércio, também, em prazo mais longo, fomentará o desenvolvimento de uma rede de apoio e suporte à visitação das áreas públicas de proteção integral, uma vez que a capacidade de hospedagem dos Parques é limitada e a tendência é de ampliação da demanda. Para se ter uma idéia do potencial de impacto econômico positivo a que nos referimos, em relação às economias locais, basta ter em conta que a média anual de visitação a Intervales (em torno de 9.000 hóspedes por ano) é superior à população total de Iporanga e constitui cerca de 75% da população de Ribeirão Grande (respectivamente, 4.577 e 8.185 habitantes). Cabe destacar que são justamente os dois municípios de menor IDHM dentre os seis da Zona de Amortecimento do PEI, (Iporanga - 638^a e Ribeirão Grande - 633^a) onde a necessidade de geração de renda, portanto, é mais premente. Ribeirão Grande, na região do alto Paranapanema se beneficiaria amplamente - e o turismo histórico e cultural também - com a implantação de um roteiro integrado com Intervales e Capão Bonito para a visitação aos Encanados, com vistas a viabilizar a mencionada atividade. Há uma demanda por parte da Prefeitura de Capão Bonito para que Intervales franqueie seu acesso a operadoras de turismo; o atendimento dessa demanda poderia ser objeto de negociação e como condições para sua efetivação poderia estabelecer-se que os funcionários e monitores sejam recrutados por essas empresas entre moradores locais e que os “pacotes” incluam, necessariamente, roteiros de visitação integrada. Cabe destaque também à perspectiva de parceria de Ribeirão Grande com seu vizinho a oeste, Guapiara, para, com o apoio do PEI, implantação de um roteiro turístico comum de cunho cultural e religioso. Trata-se do percurso que vai dos bairros de Capela do Alto e Pinheiros do Amaral, em Guapiara, até a entrada do Parque e desta até Ribeirão Grande, caminhos que são tradicionalmente percorridos por romarias em festividades religiosas, ao longo do ano. Quiosques com pratos típicos, sinalização destacando atrativos naturais ao longo do percurso, ladeados por painéis destacando particularidades históricas e referenciais religiosos, pontos de exposição e comercialização de artesanato regional, são alguns dos elementos que podem compor o trajeto cênico integrado e os recursos para a implantação de tais equipamentos devem ser buscados a partir de parcerias com as Prefeituras, ONGs e outros órgão governamentais, além de agentes financiadores externos.

Na face sul do PEI, roteiros de visitação integrados incluindo o PETAR poderiam beneficiar, em curto e médio prazo, o Município de Iporanga que já conta com alguma capacidade de hospedagem sob a forma de pousadas que foram se implantando para atendimento da demanda de visitação desse

último Parque e, com a perspectiva de incremento do número de visitantes gerado por esses roteiros, essa estrutura de hospedagem tenderia a ampliar-se. Visitação integrada entre Intervales e comunidades quilombolas sediadas em áreas contíguas ao Parque, como Pilões e Maria Rosa, também localizadas em Iporanga, além de benefícios de ordem econômica aos comunitários, constituem-se em ganho substancial para hóspedes do PEI que apreciam o turismo de cunho histórico e cultural. Relatos de moradores antigos, como o da Sra. Antonia Vitalina de Oliveira, residente em Pilões, situam o início da ocupação ancestral das localidades em foco já no final do século XVII. No caso da Sra. Vitalina, já falecida, há relato escrito por seu filho, Pedro Rodrigues, feito a seu pedido, e o cálculo temporal foi efetuado tomando por base as idades da avó e bisavó do informante (Amorim, 1998, págs.12/14). Na visitação, as comunidades podem obter rendimentos de formas variadas que vão desde a monitoria para percurso de trilhas e condução a atrativos naturais, até a comercialização de peças artesanais e comida típica. Em Pilões o CDHU está construindo moradias novas para os residentes e a associação de moradores do bairro tem a intenção de reformar algumas das velhas habitações, mantendo suas características, para adaptá-las a pousadas para turistas. Em Eldorado, um extenso roteiro de visitação ou opções múltiplas de roteiro poderiam integrar a atividade turística com base nos diversos atrativos existentes entre o PEI e o Parque Estadual da Caverna do Diabo, componente do Mosaico de unidades de conservação do Jacupiranga, nas comunidades quilombolas de Pedro Cubas (de Cima e de Baixo), Ivaporunduva, Sapatú, André Lopes e São Pedro, sediadas no Município em foco, e ainda Nhunguara e Galvão, localizadas em Iporanga; estas duas pela proximidade geográfica e vínculos tradicionais e sociais que as unem, respectivamente, às duas últimas comunidades anteriormente mencionadas, do Município vizinho. A atividade turística de cunho étno-cultural já desenvolvida em Ivaporunduva, por exemplo, pode ser enriquecida integrando-se a visitação às comunidades vizinhas e a atrativos dos Parques mencionados. Em Sete Barras, uma opção de roteiro integrado poderia ser estabelecido entre o Parque Intervales, o Parque Estadual Carlos Botelho, o bairro Guapiruvu, que já desenvolve atividades eco-turísticas nos limites do PEI e dispõe, entre outros equipamentos, de pousada e jardineira para conduzir visitantes, e a comunidade de Saibadela que manifestou interesse em organizar visitação a atrativos naturais nas proximidades da Base dos Quilombos, em Intervales.

Linha de Ação 6. Garantir a participação de moradores e comunidades nas atividades do PEI ou no entorno

- a. Formar monitores ambientais entre a população do entorno para acompanhamento de visitantes, grupos regionais e pesquisadores.
- b. Incentivar a realização, ou promover em parceria, cursos de capacitação de monitoria ambiental, guias turísticos, hotelaria, recuperação florestal, implantação e manutenção de viveiros, entre outros.
- c. Promover cursos na área ambiental.
- d. Estabelecer parcerias com comunidades do entorno para a gestão compartilhada das bases do PEI

Recomendações:

- Busca de instrumentos legais para formalização da parceria - gestão compartilhada

Com vistas à plena consecução dos objetivos almejados na Linha de Ação 5, no que tange ao estabelecimento de roteiros turísticos integrados entre Intervales e as comunidades do entorno, impõe-se a necessidade de treinamento, por meio de cursos e oficinas, de monitores ambientais e guias para visitação ao PEI e demais atrativos naturais e culturais da região. O público-alvo desses cursos e oficinas   a popula o residente no entorno do Parque, para fins de gera o de renda e por uma razão evidente: vários dos atrativos fora do PEI e das demais UCs da região situam-se em áreas contíguas, de domínio coletivo ou privado, como as várias comunidades quilombolas na face sul do PEI e os bairros rurais e comunidades de agricultores familiares, a norte e sudeste de Intervales. Profundos conhecedores do território que habitam e com o qual possuem laços históricos de identidade, a forma o de monitores e guias turísticos entre esses residentes tradicionais, além de se constituir em atividade econômica sustentável, consubstancia ganho significativo ao turista e valoriza o cultural dos próprios roteiros. O passeio através de trilhas, cachoeiras e cavernas situadas em localidades que um dia já foram quilombos e núcleos tradicionais de ocupa o por parte de popula es indígenas e caiçaras, agrega ao aspecto ecológico e   atividade de lazer as dimensões histórica e cultural, tanto mais ao ser o visitante conduzido ou fazer-se acompanhar pelos descendentes desses primeiros habitantes. As oficinas e cursos poderão ser desenvolvidos nas dependências do Parque ou, preferencialmente, nas próprias comunidades em que residem os tradicionais, segundo a conveniência e os recursos orçamentários disponíveis. Constarão de módulo teórico e atividades de campo e para sua realiza o serão buscadas parcerias com ONGs,  rg os governamentais e agências de financiamento, bem como contratadas consultorias especializadas por meio de dota o orçamentária própria da Funda o Florestal, quando houver. Pelos mesmos instrumentos também se desenvolverão oficinas de capacita o em hospedagem e recep o ao visitante, objetivando o aperfei amento de mão-de-obra local nos serviços relacionados   atividade turística e o fomento   implanta o e amplia o da estrutura de hospedagem incipiente que já existe em algumas comunidades como a de remanescentes de quilombo de Ivaporunduva e a do bairro Guapiruvu,   vista do aumento da demanda. Da mesma forma, os cursos, treinamentos e oficinas acima citados darão suporte técnico   interven o mais emblemática de integra o do PEI com os moradores de seu entorno, qual seja, a gestão compartilhada das bases de Intervales mais próximas às respectivas comunidades. Para tal deve-se buscar as formas jurídicas e técnicas mais adequadas para implementa o que podem ser, entre outras, cláusulas específicas em contratos de gestão estabelecidos com OSCIPs, convênios estabelecidos com Prefeituras locais que implantem, por meio de dispositivos legais municipais, programas específicos de cunho socioambiental, implanta o de um Programa Estadual com tal finalidade ou desenvolvimento de projetos demonstrativos específicos em parcerias com ONGs e outros órgãos governamentais, financiados por agências de fomento. Deverão ainda ser desenvolvidos outros cursos e treinamentos com vistas   capacita o de moradores locais em serviços de recomposi o da cobertura florestal, repovoamento de nativas para fins de enriquecimento da vegeta o no interior e entorno do Parque e implanta o e recupera o de viveiros, tanto para fins de gera o de renda como para recupera o de áreas degradadas. Prioritariamente, os últimos cursos e treinamentos a que nos referimos serão conjugados a atividades de educa o ambiental e direcionados às comunidades limítrofes a Zonas de Recupera o do Parque e   áreas críticas do ponto de vista socioambiental, ou seja, aquelas onde residem popula es que praticam atividade extrativista clandestina de palmito juçara e outras nativas para fins de subsistência. Nesse quadro, por sua posi o estratégica e experiências

desenvolvidas, Intervales assume o papel de catalisador das intervenções preconizadas, centro de apoio logístico e pólo difusor das ações e projetos desenvolvidos visando o intercâmbio entre as diferentes intervenções e sua disseminação pelo território. A consolidação dessas experiências poderá servir de base para reprodução das ações em outras UCs da região.

Linha de ação 7. Estabelecer vínculos com a rede pública de ensino da região para que as escolas também se constituam em núcleos de apoio à difusão de informações e práticas de caráter socioambiental.

- a. Promover capacitação técnica dos professores e atores de importância social em assuntos ambientais.
- b. Realizar oficinas de produção de material didático, desenho, fotografia e outros.
- c. Promover ações pedagógicas para o fomento à interculturalidade.
- d. Restabelecer o projeto "Conhecer para Preservar" da Diretoria de Ensino de Registro (Fehidro, FDE e FF)
- e. Incrementar e divulgar a Biblioteca do Parque.

Estratégia 2 : Estruturação de equipe mínima

Linha de Ação 1. Estruturar equipe mínima para implementação do Programa

- a. Propor concurso público ou buscar parceria (pelo menos dois técnicos dedicados ao Programa).

Recomendações:

- Contratação de dois técnicos. Um técnico residente no alto Paranapanema e um técnico residente no vale do Ribeira.

Para viabilizar a implantação plena deste Programa de Interação Socioambiental, o acréscimo do quadro funcional acima descrito é considerado essencial. Mesmo a implantação parcial deste Programa, no quadro atual, não se faria sem prejuízo de objetivos e metas estabelecidos em outros Programas que compõe o presente Plano de Manejo. É pouco provável, por exemplo, a implantação plena das medidas preconizadas no Programa de Uso Público se o mesmo corpo funcional hoje existente no PEI, altamente qualificado, porém esqualido em termos quantitativos, tiver que continuar a administrar o Parque, implementar todos os instrumentos e providências propostas naquele Programa para aprimoramento da gestão e, simultaneamente, ampliar o leque de atividades já desenvolvidas no que tange à interação com as comunidades do entorno, Prefeituras e demais Instituições públicas e privadas, na forma aqui preconizada. Tal impossibilidade fica evidenciada se considerarmos as ações a serem realizadas em consonância aos calendários de eventos dos municípios. Ainda que servidores lotados no PEI continuem atuando como voluntários em finais de semana, como já ocorre, há a impossibilidade física de estarem presentes em dois lugares ao mesmo tempo em dias úteis, o que forçosamente acarretaria, sem o acréscimo mínimo no corpo técnico aqui apontado, opções entre a realização de diferentes ações e atividades em

detrimento de outras. Também o Programa de Proteção teria comprometidas as suas metas. Na sondagem que efetuamos, cruzando informações de residentes do entorno, guarda-parques, Prefeituras, ONGs, agentes do Programa Saúde da Família e da própria Polícia Ambiental, detectamos que em algumas comunidades, notadamente concentradas no Município de Sete Barras, a extração clandestina de palmito figura como única fonte de rendimento dos moradores, o que nos leva a crer que por mais sofisticado que seja o aparato repressivo à atividade ela tende a continuar e mesmo expandir-se, se não forem adotadas medidas de geração de renda por meio do fomento a alternativas sustentáveis, em caráter emergencial. A análise sócio-econômica contida no Relatório “Caracterização Regional dos Municípios”, elaborado para este Plano de Manejo, também indica potenciais frentes de pressão sobre recursos naturais, de mesma motivação, que podem surgir sobretudo a partir dos municípios de pior IDHM do entorno do PEI, Iporanga e Ribeirão Grande, como já mencionamos. O contingente mínimo de três funcionários especializados se dedicaria integralmente às atividades previstas neste Programa de Interação Socioambiental, e teriam como prioridade a consolidação de projetos de geração de renda em curso e a implantação de intervenções do mesmo gênero nas áreas mais críticas, através das estratégias elencadas. Cumpre ressaltar que a consecução plena dos objetivos e metas deste Programa não diz respeito apenas ao PEI, mas ao conjunto das áreas de proteção integral do contínuo, o que é facilmente dedutível a partir da análise das estratégias e linhas de ação nele contidas, bem como do caráter colaborativo e integrador que norteia toda a elaboração deste Plano de Manejo.

Estratégia 3: Incentivar a conservação de áreas florestadas e promover a recuperação de áreas degradadas e matas ciliares

Linha de ação 1. Planejamento

- a. Identificar e mapear as áreas prioritárias para recuperação. Priorizar matas ciliares.
- b. Promover a conservação das áreas identificadas como de interesse à conservação da biodiversidade.
- c. Incentivar a recuperação de áreas no entorno.
- d. Priorizar a recuperação de áreas de preservação permanente, e restauração da paisagem em áreas de Silvicultura.
- e. Criar / propor instrumentos legais para sensibilizar empreendedores para sua responsabilidade socioambiental e condicioná-los ao controle de sua atividade.
- f. Apoiar a criação e fortalecimento de Secretarias do Meio Ambiente Municipais e do COMDEMA nos municípios vizinhos, para auxiliar neste controle.

Recomendações:

- Articulação do apoio de pesquisadores, ONGs e da Instituição para desenvolvimento de projetos para as áreas identificadas como prioritárias
- Articulação com a comunidade.
- Participação e engajamento da Instituição na campanha cílios do Ribeira.

- Estímulo à criação de RPPN.
- Averbação de Reserva Legal.

Assim como o patrimônio natural e cultural formam um conjunto único e indissociável que deve ser objeto de preservação, a conservação das áreas florestadas e da biodiversidade necessariamente se faz através da inclusão social, identificação e protagonismo ativo das comunidades tradicionais que habitam o território, cuja história e o modo de vida estão diretamente vinculados ao meio. Por outro lado, a lógica da degradação de áreas florestadas, sejam elas de proteção integral ou de domínio coletivo e privado, só pode ser invertida se os residentes que recorrem à exploração desordenada de recursos naturais como instrumento derradeiro para sua subsistência possuírem alternativas sustentáveis de atividades econômicas. Cumpre destacar que as populações tradicionais que habitam áreas de preservação, em seu processo de reprodução social, desenvolviam atividades econômicas cujo impacto ambiental era nulo ou de pequenas dimensões, compatíveis, portanto, com a conservação desses ambientes, e a conjugação de fatores diversos os conduziu a práticas predatórias dos recursos naturais, fruto de um processo histórico de crescente exclusão social. A contínua redução de seus territórios por meio da espoliação de suas terras, o isolamento, crises econômicas sucessivas, a marginalização de seu modo de vida tradicional pela sociedade envolvente, a mercantilização das relações sociais e a “lógica de mercado” são alguns dos fatores históricos determinantes para que residentes que antes viviam de forma harmônica com o ambiente natural fossem compelidos a degradá-lo, reproduzindo práticas extrativistas do modelo econômico dominante no qual a acumulação de capital e a busca incessante e desenfreada pelo lucro se dá em detrimento da preservação dos recursos naturais, resultando em seu esgotamento. Para a efetiva preservação da biodiversidade faz-se necessário reverter esse processo, inverter essa lógica de degradação, restabelecendo o antigo equilíbrio rompido entre o residente e o meio de forma realista, levando em conta que esse equilíbrio, longe de processar-se de maneira estática e imutável, dá-se numa perspectiva dinâmica e a inserção social, a disseminação de atividades sustentáveis (algumas delas praticadas tradicionalmente e abandonadas por parte dessas coletividades em função do processo histórico mencionado) e de alternativas econômicas racionais e equilibradas constituem a opção mais lógica e factível. Nesse quadro, a preservação ambiental e mesmo a recuperação de áreas degradadas só podem processar-se de forma eficaz em um contexto que inclua como protagonista o residente tradicional. Seu conhecimento pragmático da dinâmica dos ecossistemas, do território, seus “saberes” e mesmo o resgate e aprimoramento de atividades econômicas tradicionalmente desenvolvidas são elementos importantes para a consecução dos objetivos da preservação ambiental: podem e devem ser empregados para tal fim. A contratação de serviços de associações de comunidades tradicionais, agricultores familiares ou residentes do entorno para recomposição de vegetação em áreas degradadas no interior de unidades de conservação, nas denominadas Zonas de Recuperação, além de importante alternativa de geração de renda junto a essas comunidades, traduz-se em ganho substancial para o contratante, seja pelos conhecimentos empíricos e “saberes” empregados no processo, seja por condições de logística das frentes de atuação, seja ainda pela superação de uma situação de antagonismo dessas comunidades gerado na implantação das áreas preservadas por parte do Estado, acompanhadas que foram por uma série de interdições a atividades econômicas, oriundas da política ambiental. Contratar o residente do entorno para serviços de recuperação em áreas do Parque é a forma mais direta e

concreta de restabelecer sua identificação com o território e o ambiente natural, sua identidade comunitária tradicional e seu senso de pertencimento. Em termos de ganhos advindos da logística na intervenção, no caso do PEI, entre vários outros exemplos, basta mencionar que comunidades quilombolas como Pedro Cubas de Cima, São Pedro, Pilões e Galvão (essa última enfrentando atualmente graves problemas pela falta de alternativas econômicas) são limítrofes a extensas áreas que o zoneamento do Parque classificou como Zonas de Recuperação, que por sua vez encontram-se em adiantado estado de degradação e necessitam de urgentes medidas de recomposição de cobertura florestal e enriquecimento da vegetação. Há ainda o elemento adicional, no território em foco, da provável necessidade de manejo da espécie *Guadua tagoara* (*Bambuseae*), popularmente denominada taquaruçu, que pelo seu grau de dispersão e rápido crescimento, com grande índice de proliferação nas áreas do Parque e em toda a região, é considerada por alguns especialistas como invasora, no que pese tratar-se de nativa que alimenta fauna variada. Uma vez que a legislação ambiental proíbe terminantemente o uso de agrotóxicos em áreas florestadas, sobretudo em áreas de proteção integral, eventual manejo da espécie necessariamente se fará por meios mecânicos, conjugados ao repovoamento com outras nativas pioneiras, o que se apresenta como circunstância privilegiada para a geração de renda ao entorno. Tanto os serviços de manejo e repovoamento podem utilizar mão de obra comunitária, como o material a ser descartado pode destinar-se a diversas opções de produtos confeccionados e comercializados por essas comunidades - de artefatos artesanais a trançados para revestimento de móveis e ambientes internos, com emprego em larga escala - conforme restou comprovado no Seminário “Manejo Sustentável e Utilidades do Bambu no Sudoeste Paulista” promovido pelo Parque Estadual Intervales e realizado em seu Auditório no dia 29/07/2007. Ao treinamento e habilitação técnica de comunitários para essas atividades, já mencionados Linha de Ação 6, da Estratégia 1 deste Programa, temos a acrescentar oficinas de gestão de negócios para habilitar as comunidades trabalhadas a constituir e gerir empreendimentos perenes, com vistas à sua sustentabilidade e autonomia, bem como de coleta e manejo de sementes para emprego nas ações de repovoamento no interior do Parque, caso a oferta de nativas no mercado se mostre insuficiente para atendimento à demanda das intervenções em virtude de sua magnitude. Nesse caso, inclusive, razões de ordem técnica podem impor a coleta de sementes na Zona Primitiva do Parque, o que se faria sem colidir com a legislação que regula a matéria uma vez que as mudas geradas a partir dessas sementes se destinariam exclusivamente para fins de repovoamento no interior de Intervales. Ainda que as dimensões das intervenções preconizadas impusessem a utilização de viveiros localizados fora do Parque para geração de parte dessas mudas, as comunidades contratadas para o serviço firmariam Termo Específico de Destinação, através do qual assumiriam o compromisso de destinar, de forma exclusiva, as mudas geradas a partir dessas sementes para fins de repovoamento no interior de Intervales. Já indicadas, pelo zoneamento, áreas no interior do Parque que necessitam de ações de recuperação, restaria estabelecer prioridades (dentre as quais ora indica-se a área de Intervales acima citada, limítrofe a comunidades quilombolas margeadas pelo rio Pilões) e estender essa análise à Zona de Amortecimento, com prioridade a fundos de vales, encostas, topos de morro e áreas lindeiras a cursos d’água. Da mesma forma, necessário se faz um esforço no sentido de estender-se a contratação desses serviços de repovoamento com nativas às comunidades tradicionais, efetivando-se tal contratação por meio de alternativas relacionadas também na Linha de Ação 6, da Estratégia 1, em situações de compensação ambiental motivada por Termos de Ajustamento de Conduta em função de dano ambiental ou para obtenção de licenciamento em empreendimentos privados da região. Restaria

ainda um trabalho de articulação para que também se processe a contratação de serviços das comunidades tradicionais para recomposição da cobertura florestal em áreas públicas de domínio municipal e em propriedades privadas, para fins de restauração de suas Reservas Legais.

Linha de ação 2. Garantir produção e comercialização de mudas e sementes

- a. Modernizar, operacionalizar e manter o viveiro de mudas do PEI através de parceria.
- b. Incentivar a multiplicação de viveiros nas comunidades estabelecendo parcerias, com particular ênfase àquelas localizadas no alto Paranapanema.
- c. Buscar mecanismos para a aquisição de mudas dos viveiros do entorno para plantio nas Zonas de Recuperação do Parque.
- d. Apoiar os parceiros do entorno na busca da consolidação de negócios sustentáveis.
- e. Apoiar e participar do esforço realizado pela Rede de Sementes.
- f. Realizar capacitação para coleta de sementes e formação de viveiristas.

A multiplicação de viveiros pela região, particularmente em comunidades tradicionais e de agricultores familiares, consubstancia-se, simultaneamente, em relevante alternativa de geração de renda a essas comunidades, pela possibilidade de comercialização e constituição de empreendimentos perenes nessa atividade, e também, a médio e longo prazo, importante forma de atendimento à crescente demanda de mudas para recomposição da mata nativa no território. A prioridade no estabelecimento de parcerias para tal fim junto a comunidades e bairros rurais localizados no alto Paranapanema é também calcada nesse duplo aspecto. Há necessidade de fomento não só a essa, mas a várias alternativas de geração de renda por meio de atividades econômicas sustentáveis no Município de Ribeirão Grande, em virtude do grau de estagnação em que se encontra a economia local e de sua grande dependência em relação à atividade minerária. Em relação à vizinha Guapiara, é fundamental incentivar e fomentar os vários projetos ali desenvolvidos através da parceria entre a municipalidade e associações comunitárias; há várias experiências de geração de renda de cunho socioambiental e caráter demonstrativo em curso neste Município e é vital, inclusive do ponto de vista estratégico, apóia-las e, à medida do possível, dissemina-las por toda a região. Sob o aspecto da produção de mudas e sementes, há forte demanda, em curso e potencial, por esses produtos na face norte do PEI, seja para utilização em Zonas de Recuperação de Intervales, seja pela necessidade premente de recomposição de vegetação nativa com a finalidade de preservar as importantes Zonas de Proteção do Carste ali localizadas, tanto no interior de Intervales, como em sua Zona de Amortecimento. Há ainda a demanda adicional por parte dos empreendimentos minerários localizados na região para fins de compensação ambiental de sua atividade. Estima-se que a oferta de mudas e sementes no alto Paranapanema é insuficiente para atendimento simultâneo a todas essas demandas. Por outro lado, no que pese a demanda pelos produtos em foco também na região do vale do Ribeira, esta não foi escolhida como prioritária nesta atividade em virtude de já contar com projetos de recuperação e ampliação de viveiros, inclusive com o projeto “Conservação, Recuperação e Uso Sustentável da Palmeira Juçara em Comunidades Quilombolas do Vale do Ribeira” que recentemente teve seu financiamento aprovado e que será desenvolvido através da parceria entre o Instituto Socioambiental, a Fundação

Florestal, o ITESP e a Rede de Sementes Florestais Rio-São Paulo. O PEI tem um importante papel a desenvolver no fomento à atividade em foco, sobretudo no alto Paranapanema e, em parte, já o desenvolve através de sua participação no projeto Viveiro Escola, já descrito, desenvolvido através parceria entre o Instituto IDEAS e a Prefeitura do Município de Guapiara. Para estender este projeto por toda a face norte do PEI, necessário se faz a ampliação e modernização do viveiro localizado no interior do Parque, bem como articulações junto às Prefeituras de Ribeirão Grande e Capão Bonito para que fomentem a implantação de outros viveiros em comunidades e bairros rurais localizados em seus municípios, a exemplo do que já ocorre em Guapiara.

Linha de ação 3. Recuperação das estradas de acesso e do entorno do PEI, no alto Paranapanema e vale do Ribeira

- a. Articular parcerias e buscar recursos.
- b. Implantar passagens para a fauna silvestre, para evitar atropelamentos.

Conforme já mencionado, encontram-se em fase de revisão Termos de Convênio para melhorias e valorização cênica das vias de acesso à sede do PEI, estradas que ligam Intervales ao Município de Ribeirão Grande e Guapiara. Este último Município também efetuou gestões junto à Companhia de Desenvolvimento Agrícola do Estado de São Paulo para melhoria das estradas vicinais em seu território, com particular ênfase àquelas que servem bairros rurais que concentram agricultores familiares, ação que pode ser reproduzida pelas municipalidades de Ribeirão Grande e Capão Bonito, com apoio e aval do PEI. Cumprindo seu papel de responsabilidade social, a Companhia de Cimento de Ribeirão Grande - CCRG poderia contribuir no fornecimento do cascalho que ela processa em suas instalações, doado pela Companhia Brasileira de Equipamentos - CBE justamente para o asfaltamento de vias; neste caso, caberia articulações junto às Prefeituras locais para que efetuassem gestões também nesse sentido. Na construção de passagens para a fauna silvestre, evitando atropelamentos e eventuais acidentes nos percursos, os recursos poderiam ser buscados através de projetos específicos e parcerias com ONGs e outros órgão governamentais ou ainda por meio de verba advinda de compensação ambiental por parte das empresas da região.

Linha de ação 4. Garantir recursos financeiros para implementação de projetos

- a. Participar do Comitê de Bacias para direcionamento de recursos de projetos para recuperação das áreas prioritárias.
- b. Buscar outras fontes financiadoras para acelerar o processo de recuperação das áreas prioritárias e entorno, como MMA, PRONAF, MDA.
- c. Replicar projetos de restauração em áreas agrícolas na ZA com recursos de compensação ambiental.

Recomendações:

- Incluir as empresas da região como parceiras financiadoras de projetos de recuperação ambiental, de passivos ambientais e compensação de emissão de carbono.

Estratégia 4: Aumento do grau de conhecimento da população do contínuo sobre o PEI e propiciar o envolvimento dos moradores em atividades

Para que as populações residentes nos municípios da região estabeleçam vínculos efetivos com as áreas de proteção integral e se identifiquem com os objetivos da conservação é necessário o estabelecimento de canais que possibilitem a familiaridade dessas populações em relação às UCs e a esses objetivos. Para isso, os principais instrumentos são o incremento da visitação regional às unidades de conservação do território e ações de educação ambiental pró-ativa, direcionadas à rede pública de ensino da região. Como educação ambiental pró-ativa, entendemos ações que não se limitem à distribuição de materiais impressos e áudio-visual, exposições teóricas e palestras pontuais restritas às salas de aula, mas a conjugação desses elementos com atividades extra-classe que vão de visitas monitoradas a Parques e atrativos naturais existentes na região ao engajamento em projetos de arborização (com identificação de espécies nativas e confecção de placas com suas principais características) e ajardinamento de áreas públicas, campanhas de coleta seletiva, de sensibilização de moradores sobre a destinação correta do lixo, entre outras, desenvolvidas de forma sistemática. Para que a educação ambiental pró-ativa se efetive é necessário o estabelecimento de parcerias e articulações junto às Prefeituras locais, sobretudo junto às Diretorias ou Secretarias Municipais de Educação. Um bom exemplo disso são as várias iniciativas e projetos desenvolvidos no Município de Guapiara, já expostos neste capítulo, que podem e devem ser replicados junto aos demais municípios sediados na Zona de Amortecimento do PEI.

Linha de ação 1. Garantir acesso da população do entorno no PEI

A Intervales deve ser um centro de apoio ao desenvolvimento de Educação Ambiental e de caráter geral devendo desenvolver uma estratégia de subsídios às atividades das escolas regionais. Garantir isenção das taxas de hospedagens e descontos na alimentação é uma delas.

- a. Identificar períodos/datas para hospedar, com isenção das taxas relativas à estadia e descontos na alimentação, grupos de escolares (escolas públicas) dos municípios do contínuo, com atividades de Educação Ambiental pré-definidas.
- b. Conceder descontos nas taxas de hospedagem para visitantes regionais.
- c. Realizar esforços para viabilizar transporte coletivo para a sede do PEI no alto Paranapanema e vale do Ribeira.
- d. Estruturar o núcleo vale do Ribeira para ordenar a visitação já existente e atender a população oriunda dos municípios do vale - possibilidade de parceria / co-gestão.

Recomendações:

- Articulação do transporte com prefeituras, empresas e ONGs.

Para o pretendido incremento da visitação regional a Intervales, impõem-se, primeiramente, medidas concretas de acessibilidade ao Parque, bem como de viabilização da estadia, notadamente, para a população de baixa renda que habita os municípios da região. Nesse sentido, gestões devem ser efetuadas junto às Prefeituras da região para o estabelecimento de linhas regulares de transporte coletivo que ao menos transitem pela entrada do Parque; cabe ressaltar que, em relação

aos municípios de Guapiara e Ribeirão Grande, tais linhas serviriam também para romper o isolamento em que se encontram moradores lindeiros às vias de acesso ao PEI em relação aos respectivos centros urbanos. O mesmo se daria em relação ao núcleo de Intervales a ser implantado no vale do Ribeira. Em relação a excursões de escolares da rede pública de ensino, devem ser feitas articulações junto às respectivas municipalidades, ONGs e empresas. Na Oficina de Uso Público deste Plano de Manejo, realizada em 28/09/2007 nas dependências do PEI um representante do Grupo Votorantim aventou a possibilidade da empresa dar sua contribuição social à ação fornecendo transporte gratuito a escolares da região com tal finalidade. A concessão, por parte da administração de Intervales, de isenção de taxa de hospedagem e descontos na alimentação a escolares da rede pública, tanto nas excursões de caráter turístico como em outros eventos dos quais eles participem, como também de descontos nas taxas de hospedagem a visitantes regionais seria um elemento importante de fomento. Visando compatibilizar esse incremento da visitação regional com a capacidade de suporte do PEI, bem como ao atendimento da demanda turística de perfil diverso e originária de outras localidades - considerando as necessidades de custeio do Parque - seriam destinados períodos em que tradicionalmente é baixa a média de ocupação das pousadas para a concessão desses subsídios aos regionais e escolares. Considerando a possibilidade de co-gestão para a administração do núcleo do vale do Ribeira, ainda que essa se dê por meio uma OSCIP, o convênio a ser firmado deverá prever incentivos similares à visitação escolar e regional.

Linha de ação 2. Divulgar a existência do PEI, EE Xitue, PETAR e PECB na região, bem como do Mosaico de Jacupiranga

- a. Participar de atividades promovidas pelos municípios, divulgando as UCs.
- b. Formar multiplicadores (na rede pública de ensino da região) para ministrarem cursos e palestras sobre UCs, contínuo, diversidade natural e sociocultural.
- c. Participar em fóruns regionais e municipais de discussão sempre que possível - Consórcios, CONDEMA, CONTUR, CONSAD entre outros.

Recomendações:

- Considerar os agentes já existentes e adequar as novas realidades para as futuras demandas.

Estratégia 5 : Aumento da abrangência do uso sustentável dos recursos naturais no contínuo

Fortalecer o vínculo que as populações tradicionais e comunidades rurais, habitantes do contínuo de áreas preservadas, possuem com o ambiente natural significa fortalecer seu modo de vida e reprodução social harmônicos em relação ao meio. Nesse quadro se insere a ampliação do leque de atividades de uso sustentável dos recursos naturais existentes nas áreas florestadas que se localizam no entorno daquelas destinadas à proteção integral. A exploração econômica racional através do manejo sustentável dos recursos florestais é um importante instrumento para a manutenção desse equilíbrio, garantindo às comunidades a obtenção de rendimentos a partir de atividades plenamente compatíveis com a preservação ambiental e com seu modo de vida e sua cultura, mesmo porque muitas dessas atividades eram práticas tradicionalmente desenvolvidas, ainda que, por vezes, desvinculadas desse caráter econômico. A utilização de plantas medicinais nativas em comunidades quilombolas do vale do Ribeira, por exemplo, é prática corrente desde a constituição desses

povoamentos, portanto, por elas desenvolvida há mais de três séculos. Da mesma forma, a utilização de vários outros recursos da floresta para auto-consumo fez com que os povos tradicionais que habitam o contínuo desenvolvessem, ao longo do tempo, extrema familiaridade com as características e os ciclos de ocorrência e reprodução desses recursos. A conjugação desses “saberes” tradicionais, transmitidos através das gerações, com técnicas de manejo comprovadas cientificamente se traduz em excelente oportunidade de geração de renda a partir da exploração sustentável dos recursos naturais ao mesmo tempo em que se traduz em importante instrumento de preservação desses recursos. Caso emblemático é o da palmeira juçara (*Euterpe edulis*); seu manejo em larga escala concorre diretamente com o comércio clandestino que se estruturou em torno da espécie e o fomento ao aproveitamento econômico de outros produtos da nativa, como polpa e creme, valoriza a espécie “em pé”, desestimulando sua exploração desordenada. O mesmo potencial de uso sustentável - com impacto de igual natureza sobre a atividade extrativista predatória e ilegal - se apresenta para espécies como o jerivá, a caixeta, a helicônia e toda uma gama de nativas passíveis de manejo em áreas florestadas por parte das comunidades que habitam o território, formando um círculo virtuoso de geração de renda e preservação da biodiversidade. O Parque Estadual Intervalles, também nesse aspecto, tem um papel relevante a desempenhar no fomento dessas atividades e, de forma pontual, já o desempenha, a exemplo do 1º Encontro Regional de Palmito organizado pelo Pólo Regional de Desenvolvimento Tecnológico da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento, evento realizado no PEI em 08/11/2006, no qual foram apresentadas experiências de manejo de palmito juçara na região por técnico da Fundação Florestal e lideranças dos bairros Guapiruvu e Saibadela, vizinhos ao Parque. Como nos demais eventos culturais, educacionais, técnicos e científicos patrocinados ou apoiados pelo PEI, transformar essas experiências pontuais em ação sistemática e contínua de fomento, incorporada à uma intensa agenda de atividades é o grande desafio de Intervalles.

Linha de ação 1. Elaborar, apoiar e difundir projetos de uso sustentável de recursos naturais

a. Reanalisar o projeto PICUS e elaborar projetos específicos, relacionados ao PEI, rearticulando parceiros, com apoio da GDS - Gerência de Desenvolvimento Sustentável da Fundação Florestal, entre os quais:

- ✓ Apoio às comunidades para implementação de projetos de uso sustentável de recursos naturais e SAFs (indicação de parceiros, fontes de financiamento, roteiros de projetos, como exemplos desse apoio).

Recomenda-se difundir cursos de reconhecimento e utilização de plantas de valor medicinal visando consumo e estratégias de comercialização e fortalecer o comércio justo-solidário.

- ✓ Realização de cursos de capacitação e formação em várias frentes: cooperativismo, econômica solidária, associativismo, formação e gestão de empreendimentos comunitários, Planos de Negócio, cursos de manejo de recursos, entre outros.

Recomenda-se difundir cursos de Agroecologia e agricultura orgânica e fortalecer a pesquisa em conservação.

- ✓ Articular com ONGs e instituições de ensino e pesquisa a realização de estudos para identificação de alternativas econômicas na região do contínuo, valorizando o conhecimento tradicional.

Recomenda-se estimular o aproveitamento e comercialização da polpa de juçara e jerivá e desenvolver gestões junto à rede pública de ensino da região e ao Programa de Aquisição de Alimentos, do Governo Federal, para emprego e consumo de polpa na merenda escolar.

- b. Participar do desenvolvimento de projeto inter-institucional amplo para manejo sustentado do palmito juçara (FF), incluindo: repovoamento, replicação de projetos, agregação de valor ao palmito manejado, fiscalização das fontes de consumo, certificação, criação ou busca de linha de financiamento público e privado, divulgação (positiva: para consumo do produto de manejo e negativa: contra o consumo de palmito clandestino) - para creme e polpa.

Recomenda-se organizar parceria entre a rede escolar e o consumo de polpa na merenda.

- c. Usar as informações sobre extração clandestina do palmito para aumentar e sensibilizar os responsáveis pelo controle, a classe política, a imprensa e o MP.
- d. Organizar um programa de divulgação da informação sobre os conflitos sociais, a pressão ecológica sobre o palmito e as alternativas de manejo.

O projeto “Conservação e Sustentabilidade no *Continuum* Ecológico de Paranapiacaba - SP”, já exposto em linhas gerais neste, consubstancia um plano de ação estratégico, a médio e longo prazo, para ampliação e intensificação do uso sustentável de recursos naturais no território por parte das comunidades tradicionais, de agricultores familiares e de residentes em bairros rurais através do desenvolvimento de um conjunto integrado de projetos e ações por meio da parceria entre ONGs, órgão governamentais e associações comunitárias locais. No que pese a mudança de postura do Fundo Brasileiro para a Biodiversidade - FUNBIO, que suspendeu o financiamento previsto em seu Programa Integrado de Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade - PICUS, o Consórcio de instituições responsáveis pela execução do projeto em foco reafirmou oficialmente o compromisso assumido e, independentemente do recuo do órgão financiador, vem buscando alternativas para implementação das intervenções preconizadas no respectivo Plano de Trabalho, seja por meio da elaboração de projetos específicos, seja pela articulação entre ações antes desenvolvidas de forma isolada e, por vezes, paralela. Caso emblemático desse compromisso, dessa orientação e desse procedimento é o projeto “Conservação, Recuperação e Uso Sustentável da Palmeira Juçara em comunidades quilombolas do vale do Ribeira” (relacionado no ANEXO III), que teve seu financiamento aprovado junto ao Ministério do Meio Ambiente no início deste ano de 2008 e do qual participam os três órgãos governamentais integrantes do Consórcio anteriormente formado, além da Rede de Sementes Rio - São Paulo. Abrangendo um número maior de comunidades beneficiárias em relação ao anteriormente proposto para esta atividade (de 10 para 18), encontra-se também - em fase de planejamento - a complementaridade dessa intervenção por meio da articulação com outras experiências que envolvem o aproveitamento econômico de produtos diversos da palmeira (sementes, mudas, polpa, creme), protagonizadas por outros agentes que atuam no contínuo. Essa articulação em relação ao manejo da juçara preconiza ainda o desencadeamento de ampla campanha publicitária-institucional, complementada por ações de cunho pedagógico e de educação ambiental, com vistas ao apoio e fomento de empreendimentos de manejo sustentável da palmeira e ao combate à atividade extrativista clandestina, incluindo-se aí a divulgação e fiscalização junto às fontes de consumo. Para tal fim esta sendo elaborado um projeto básico a ser proposto pela Fundação Florestal e submetido às diversas instituições públicas e privadas com atuação no

território, protagonistas de projetos de desenvolvimento sustentável da espécie, organismos financiadores de projetos ambientais, centros produtores e irradiadores de conhecimento, órgãos de pesquisa e difusão de manejo de recursos naturais, bem como órgãos de fomento, licenciamento, vigilância e fiscalização relacionados direta e indiretamente à matéria. O Parque Estadual Intervales, apoiado pelo Escritório Regional da Fundação Florestal em Registro, serão os núcleos estratégicos e logísticos dessa articulação no âmbito regional. Procedimento similar será adotado em relação aos demais projetos e ações de uso sustentável dos recursos naturais preconizados no projeto “Conservação e Sustentabilidade no *Continuum* Ecológico de Paranapiacaba - SP”. Desdobradas em projetos e sub-projetos específicos, as atividades relacionadas ao manejo de rendimento sustentável de plantas medicinais, plantas ornamentais e outras nativas, bem como o fomento ao turismo sustentável, à produção artesanal e à agroecologia, previstas pelas instituições integrantes do Consórcio, terão no PEI e no Escritório de Registro pólos aglutinadores da articulação em nível regional e centros de apoio e fomento. Intervales, em particular, é peça chave nessas ações, seja pela sua localização na área núcleo do contínuo, pelas suas instalações, pelas experiências já desenvolvidas na promoção de eventos, pelos laços de cooperação estabelecidos em relação às Prefeituras da região, pela prática constante de parcerias com ONGs e órgão governamentais que atuam no território, bem como - e sobretudo - pelos vínculos estabelecidos com comunidades tradicionais e associações comunitárias de seu entorno.

6.5.3.6. Interação com a Aldeia Indígena

A ocupação, no interior do PEI, pela aldeia indígena *Peguao-Ty*, vem sendo discutida em âmbito judicial tendo como pólo ativo da ação, a Fundação Florestal, o que motivou a decisão de apenas localizá-la, sem enquadrá-la em qualquer categoria de zoneamento proposta no Roteiro Metodológico do IBAMA, conforme mencionado no capítulo de Zoneamento deste Plano.

De qualquer modo, as lideranças indígenas se fizeram representar em oficinas públicas promovidas no âmbito da elaboração deste plano que, coerente com sua postura participativa, registra a seguir as recomendações realizadas.

- Associar ao EEI Peguao-Ty a implantação de espaço de cultura e leitura para atender comunidade e visitantes (escolas, parentes e não índios) e apoiar intercâmbio entre aldeias.
- Local para comercialização de artesanato indígena
- Exposição e fotos, documentos (etnias guaranis e outros povos indígenas), apresentação de documentários, exposição de artesanato e sala de culinária, valorizando o conhecimento da culinária indígena com palmito.
- Desenvolver material impresso (folders e cartazes) com o mesmo conteúdo da exposição.
- Produzir livro e documentário sobre Guarani e floresta.
- Programação compartilhada de roteiros que envolvem o PEI e a área indígena.
- Organizar viveiro na área indígena para recuperação florestal e fomentar práticas econômicas sustentáveis junto aos ocupantes.

A implementação destas e de quaisquer outras ações junto à Aldeia dependerão de projetos específicos desenvolvidos em conjunto com a comunidade e entidades ligadas à questão.